



## Ficha Técnica

### **Título**

*Espaços vividos e espaços construídos: estudos sobre a cidade*

### **Edição**

Centro de Investigação em Arquitetura, Urbanismo e Design/CIAUD  
Faculdade de Arquitetura da Universidade de Lisboa  
Rua Sá Nogueira | Pólo Universitário | Alto da Ajuda  
1349-055 Lisboa – PORTUGAL \_ Tel.: +351 21 361 5817  
E-mail: [ciaud@fa.ulisboa.pt](mailto:ciaud@fa.ulisboa.pt) \_ Sítio: <http://ciaud.fa.ulisboa.pt/>

### **Conselho de Redação**

Maria Manuela Mendes; Teresa Sá; José Luís Crespo; Carlos Ferreira; Jorge Nicolau

### **Conselho Editorial**

Alessia de Biase, Laboratoire Architecture Anthropologie, ENSA Paris La Villette; Elisabete Freire, FAUL; Fernando Moreira da Silva, FAUL; Filipa Ramalheite, UAL; Frank Eckardt, Bauhaus-Universität Weimar, Fakultät Architektur und Urbanistik; Graça Índias Cordeiro, CIES-ISCTE; Graça Moreira, FAUL; Hugo Farias, FAUL; Inês Simões, FAUL; Isabel Guerra, ISCTE-IUL e UCP; Isabel Raposo, FAUL; João Cabral, FAUL; Jorge Macaísta Malheiros, IGOT-UL; Rita Almendra, FAUL; Sofia Morgado, FAUL; Tânia Ramos, FAUL; Tommaso Vitale, Centre d'études européennes, Sciences Po Urban School; Virgílio Borges Pereira, ISFLUP

### **Diretora**

Maria Manuela Mendes

Créditos

### **Ilustração da Capa**

Miguel Rafael

### **Design gráfico**

Samantha Alves Martinho

### **Edição digital**

ISSN: 2183-4644

url: [http://biblioteca.fa.ulisboa.pt/images/revistas/espacos\\_vividos\\_e\\_espacos\\_construidos02.pdf](http://biblioteca.fa.ulisboa.pt/images/revistas/espacos_vividos_e_espacos_construidos02.pdf)

### **Apoios**

FCT – Fundação para a Ciência e Tecnologia, Ministério da Educação e Ciência

CIAUD – Centro de Investigação em Arquitetura, Urbanismo e Design da Faculdade de Arquitetura da Universidade de Lisboa

Apresentação de originais:

Os textos submetidos para publicação terão que respeitar um conjunto de normas formais indicadas em lugar próprio (ver Índice).

ESTUDOS SOBRE A CIDADE

# ESPAÇOS

VIVIDOS • CONSTRUÍDOS

Revista Anual  
Número °2, 2015

## Lista de Autores

*Ana Domenti* - Mestre em Arquitectura pela Faculdade de Arquitectura da Universidade de Lisboa.

*Catiele Lima* - Arquiteta e Urbanista pela Faculdade de Arquitectura e Urbanismo da Universidade Tiradentes – Unit Sergipe (2013). Aluna do curso de Doutoramento em Arquitectura da Faculdade de Arquitectura da Universidade de Lisboa

*César Canova* - Arquitecto e Urbanista pela Faculdade de Arquitectura e Urbanismo da Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul - FAUPUCRS (2013). Membro do Grupo de Pesquisa CNPq em Habitação de Interesse Social e Sustentabilidade - Sustenfau/PUCRS (desde 2007). Aluno do curso de Doutoramento em Arquitectura da Faculdade de Arquitectura da Universidade de Lisboa

*Inês Secca Ruivo* – Investigadora e Professora, CHAIA – Centro de História da Arte e Investigação Artística, Universidade de Évora.

*Joana Magalhães Francisco* - Designer, aluna de doutoramento do curso de Design na Faculdade de Arquitectura da Universidade de Lisboa e bolsreira de investigação no projeto «Design Inclusivo na Cidade – um contributo ao nível do equipamento urbano» financiado pela Fundação para a Ciência e a Tecnologia

*Romeu Zagalo* - Mestre em Arquitectura pela Faculdade de Arquitectura da Universidade de Lisboa.

*Susana Sanches Mourão* - Socióloga e doutoranda no Programa de Doutoramento em Estudos Urbanos do ISCTE-Instituto Universitário de Lisboa e da Faculdade de Ciências Sociais e Humanas da Universidade Nova de Lisboa, FCSH-UNL.

*Tânia Ramos* - Arquiteta pela Universidade de Brasília e Doutora em Engenharia do Território (2003) pelo Instituto Superior Técnico, UTL/Universidade de Brasília. Pós-Doutora em Sustentabilidade Urbana (2007), FAUTL/Universidade Federal de Santa Catarina, UFSC. Docente e investigadora do Centro de Investigação em Arquitectura, Urbanismo e Design, CIAUD da Faculdade de Arquitectura, FAUL.

*Vera Sanches Osório* - Frequenta o Mestrado Integrado em Arquitectura na Faculdade de Arquitectura da Universidade de Lisboa (2015).

# ÍNDICE

7

Editorial, *Manuela Mendes*

8

O direito à dimensão existencial nas cidades. Uma proposta a partir dos processos de reabilitação no Centro Histórico de Évora, *Susana Mourão*

18

Lúcio Costa e o papel social do arquiteto: os espaços coletivos do habitar a superquadra de Brasília e Alagados, *Tânia Ramos, Catiele Lima e César Canova*

26

Equipamento urbano inclusivo e sustentável pensado para uma cidade de todos para todos, *Joana Francisco e Inês Secca Ruivo*

36

A consciência do tempo no lugar, *Vera Osório*

42

Habitar a Ruína, *Ana Domentí*

48

Indivíduo, Comunidade e Cidade, *Romeu Zagalo*



## Editorial

Este segundo número do ano de 2015 da revista eletrônica *Espaços vividos e espaços construídos*: estudos sobre a cidade, reúne um conjunto de textos com objetos, paradigmas de análise e metodologias díspares, que contribuem certamente para ampliar o nosso conhecimento sobre as articulações espaço e sociedade.

Entre espaço e vida social não há uma relação automática, direta e mecânica (Remy e Voyé, 1974; Lefebvre, 1970), como sobressai da leitura dos artigos que aqui se apresentam e que são da lavra de colegas com backgrounds e experiências de pesquisa muito distintos, desde a sociologia, passando pela arquitetura e o *design*.

A relação de habitar e ser-no-mundo discutida por Heidegger é aqui retomada, na análise do lugar, da urbe ou da ruína, o que constitui o mote central dos textos que agora se dão à estampa.

Os processos de reabilitação de centros históricos constituem o ponto de ancoragem do texto da autoria de Susana Mourão que ao centrar a sua análise no centro histórico de Évora e ao usar uma metodologia participativa, com recurso ao audiovisual, reivindica o direito à dimensão existencial nas cidades, tantas vezes esquecido nos processos de realojamento. A arquitetura e urbanismo com tradução em projetos, planos e processos impelem ao questionamento do papel social do Arquiteto enquanto transformador da realidade social. O artigo de Tânia Ramos, Catiele Lima e César Canova procura reinterpretar a importância de Lúcio Costa na arquitetura brasileira e no contexto internacional ao analisar dois planos de habitar distintos: um em Brasília e outro em Salvador. Embora a arquitetura seja concebida em ambos os projetos como transformadora da sociedade na medida em que sugere um dado modo de vida, ela é também condicionada pelo contexto social.

A emergência da importância do *design* de equipamento urbano é evidenciada por Joana Francisco e Inês Ruivo ao analisarem a necessidade de a cidade dispor de equipamento urbano de descanso inclusivo e dotado de identidade, apoiando a sua argumentação em estudos de caso (Lisboa, Barcelona e Tóquio) e apresentando uma espécie de ferramenta que pode apoiar designers e outros interventores na cidade na concretização de projetos de equipamento urbano.

Convém evidenciar que os estudantes de Mestrado têm aqui também uma oportunidade de publicar os seus trabalhos, uma vez que um dos objetivos desta revista passa justamente por promover o encontro entre o ensino pós-graduado e a investigação.

Deste modo, os três últimos textos apresentam um exercício de reflexividade em âmbitos e escalas diferenciados. Romeu Zagalo procura repensar a cidade atual à luz da busca pela comunidade enquanto forma de afirmação do indivíduo. A problematização da consciência do lugar em projetos de arquitetura é desvendada por Vera Osório, que não deixa de reafirmar a necessidade de a prática da arquitetura ser sempre desenvolvida em relação a um dado contexto. Por último, a Fortaleza de Juromenha, uma das ruínas mais marcantes em Portugal, constitui o referencial empírico para as deambulações filosóficas e arquitetónicas em torno do habitar a ruína, enquanto objeto patrimonial e histórico, por parte de Ana Damenti.

Esperemos que a diversidade e atualidade dos temas abordados suscitem a leitura deste número.

*Maria Manuela Mendes*

### Referências bibliográficas

- Remy, Jean e Liliane Voyé (1974), *La ville et l'urbanisation*, Paris: Duculot.
- Lefebvre, H. (1970), *Du rural à l'urbain*, Paris: Anthropos.

# O direito à dimensão existencial nas cidades.

## Uma proposta a partir dos processos de reabilitação no Centro Histórico de Évora

*The right to the existential dimension in the cities. A proposal through the rehabilitation processes in the Historic Centre of Évora.*

Susana Sanches Mourão<sup>1</sup>

### Resumo

A partir dos projetos de reabilitação no Centro Histórico de Évora, propõe-se romper o silêncio sobre a dimensão existencial dos moradores, no âmbito do processo de reabilitação das suas casas. Esta proposta questiona os projetos de reabilitação de espaços vazios quando eles estão cheios de “coisas”, onde os moradores se orientam e identificam com os seus significados existenciais.

Assim, através dos significados existenciais das “coisas”, reivindica-se o direito à dimensão existencial nas cidades, porque reabilitar a existência de um lugar é sinónimo de reabilitar o corpo de quem habita.

### Palavras-chave

Projeto de reabilitação, processo de reabilitação, dimensão existencial

### Abstract

*Based on rehabilitation projects in the Historic Centre of Évora, it is aimed to know the existential dimension of its residents, as part of the rehabilitation process of their homes.*

*This proposal questions the rehabilitation of empty spaces that are filled with “things”, where the locals guide and identify themselves with their existential meanings.*

*Thus, through the existential meanings of this “things”, the right to the existential dimension in the cities is claimed, because to rehabilitate the existence of a place is equivalent to rehabilitate the body of one who dwells.*

### Keywords

*Architecture projects, rehabilitation process, existential dimension*

## Introdução

A degradação dos edifícios arrendados é um dos principais problemas habitacionais, nas áreas antigas das cidades, como é o caso do Centro Histórico de Évora (CHE). Para a reabilitação destes edifícios habitados, são elaborados projetos de arquitetura condicionados às regras urbanísticas do Plano de Urbanização de Évora (PUE), que é um instrumento dominante na intervenção na cidade.

Assim, na primeira parte deste artigo, vamos dar a conhecer a política de salvaguarda e valorização patrimonial para o CHE, assim como, o programa REHABITA (Regime de Apoio à Recuperação Habitacional em áreas Urbanas Antigas) que constitui um apoio à recuperação habitacional de edifícios arrendados e as metodologias desenvolvidas no âmbito da implementação deste programa.

Na segunda parte, vamos apresentar o processo de reabilitação da Rua do Cano 75, para questionar o seu projeto de arquitetura de espaço vazio, de

acordo com a política de salvaguarda e valorização do CHE, através da riqueza sociológica do processo de reabilitação, centrado na corporeidade da moradora com as suas “coisas” e a sua casa.

### 1. A política de salvaguarda e valorização patrimonial

No Plano Urbanização de Évora (PUE), o Centro Histórico de Évora (CHE) é objeto de uma política de salvaguarda e valorização patrimonial, enquanto conjunto de grande valor patrimonial e “elemento primordial de estruturação, caracterização e identificação da cidade de Évora” (PUE, artº8, nº1).

Este conjunto de valor patrimonial coincide com o espaço classificado como Património Mundial da UNESCO em 26 de Novembro de 1986, onde estão localizados “35 imóveis classificados por decreto, entre 190 elementos de valor patrimonial” (PUE, artº8, nº1).

<sup>1</sup> Socióloga e doutoranda no Programa de Doutoramento em Estudos Urbanos (do ISCTE-Instituto Universitário de Lisboa e da Faculdade de Ciências Sociais e Humanas da Universidade Nova de Lisboa, FCSH-UNL). E-mail: susmourao@gmail.com.



Para além da vocação patrimonial, o CHE deverá manter por um lado, a sua plurifuncionalidade e por outro, todas as “obras relativas a edificações deverão procurar compatibilizar uma atitude de salvaguarda e valorização do património com o objetivo de dotar todos os edifícios de boas condições de habitabilidade” (PUE, art.º 8, n.º1).

No Plano de Urbanização de Évora o património é definido como “todos os espaços, conjuntos, edifícios ou elementos pontuais cujas características morfológicas, ambientais ou arquitetónicas se pretende preservar e como tal sejam identificados” (PUE, art.º5, n.º1), conforme a Carta de valores patrimoniais, na figura n.º1.

A salvaguarda e valorização patrimonial é concebida como a “preservação do carácter e dos elementos determinantes que constituem a sua imagem adaptando-os à vida contemporânea” (PUE, art.º5, n.º1), sendo todas as intervenções condicionadas “em função do património, das transformações do seu espaço envolvente” (PUE, art.º7, n.º1).

Os imóveis classificados como Monumentos Nacionais (MN, IIP, IVC<sup>2</sup>) no CHE, poderão

ser objeto de “obras de conservação, restauro e eventualmente de reabilitação” (PUE, art.º 13) e os imóveis classificados como E1, E2<sup>3</sup> poderão ser objeto de “obras de conservação, restauro e reabilitação, com preservação integral da fachada” (PUE, art.º14, n.º1, alínea b), assim como, as edificações classificadas como E3 poderão ser objeto de “obras de conservação, restauro e reabilitação que poderão estender-se à fachada” (PUE, art.º 14, n.º2). Por outro lado, existem fachadas de valor patrimonial classificadas de F1 e F2<sup>4</sup>, que deverão ser preservadas ou sofrer alterações controladas, respetivamente (PUE, art.º 15, n.º1 e 2).

Para além do edificado, existem zonas verdes de valor patrimonial V1 e V2<sup>5</sup> (PUE, art.º 16, n.º1) que deverão ser preservadas com as características da época ou épocas de construção. Contudo, todo o CHE deverá ter acompanhamento histórico/arqueológico nas intervenções no subsolo e nas estruturas dos edifícios (PUE, art.º 17, n.º1).

Por último, existem elementos de valor patrimonial, com classificação de P, que deverão ser conservados e valorizados, como chaminés,

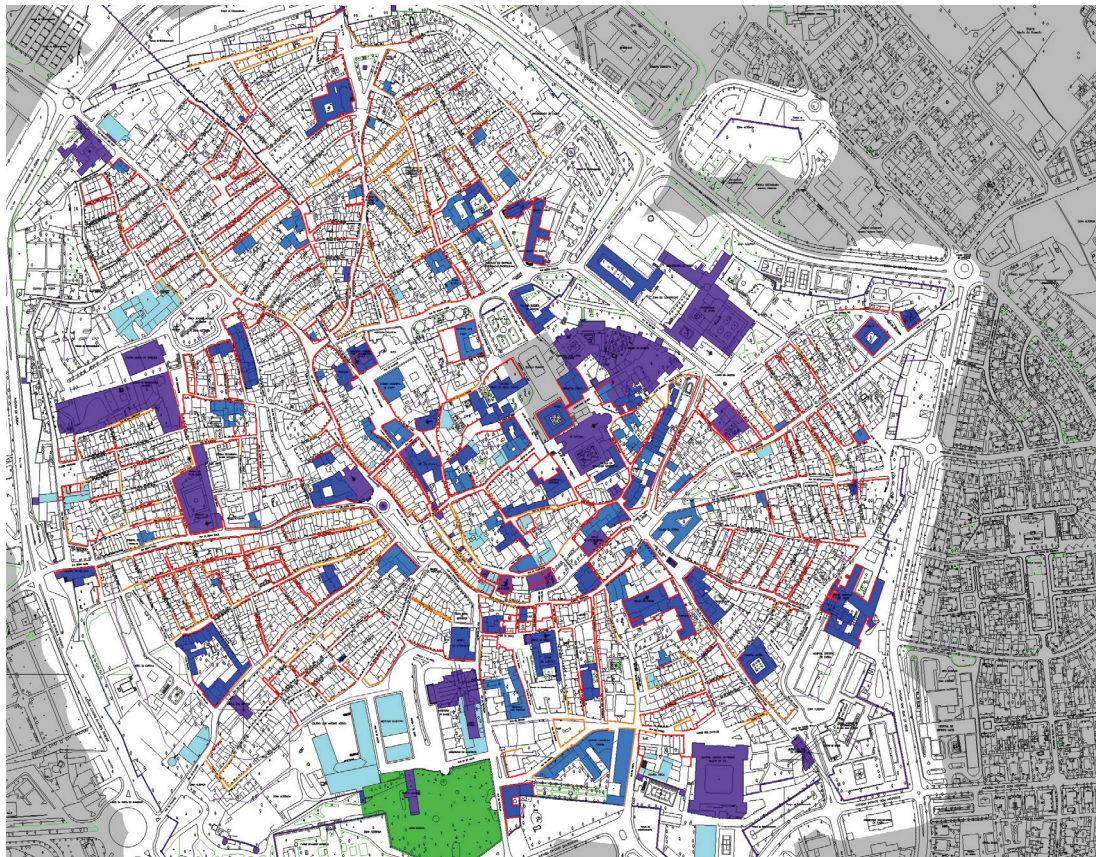


Figura 1 – Carta de valores patrimoniais

Fonte: Elaborado por Arq. Eduardo Miranda, Câmara Municipal de Évora, 2012

<sup>2</sup> MN (Monumentos Nacionais Classificados por Decreto) IIP (Imóveis interesse público classificado por decreto) IVC (Imóveis de valor concelho classificados por decreto).

<sup>3</sup> E1, E2 e E3 (edificações de valor patrimonial subdivididas de acordo com o seu valor patrimonial).

<sup>4</sup> F1 e F2 (Fachadas de valor patrimonial subdivididas de acordo com o seu valor patrimonial).

<sup>5</sup> V1 e V2 (zonas verdes de valor patrimonial subdivididas de acordo com o seu valor patrimonial).

grades de ferro decoradas em varandas, açoteias, mirantes, etc.

Resumindo, todas as intervenções no CHE seguem com rigor um projeto de arquitetura, de acordo com as regras urbanísticas de conservação, restauro, recuperação e reabilitação do seu património arquitetónico. Neste sentido, é possível a adaptação do seu património à vida contemporânea, desde que, a solução projetada não contrarie as razões que determinaram a classificação, isto é, o carácter visual do seu património arquitetónico.

Neste contexto, o Centro Histórico de Évora é objeto de programas específicos de salvaguarda e valorização patrimonial (PUE, artº8, nº3).

### **1.1.O REHABITA<sup>6</sup>: um programa de salvaguarda e valorização do Centro Histórico de Évora**

O CHE é um centro urbano único pelo seu valor patrimonial e onde habitam pessoas, nomeadamente, nos locais de “arquitetura menor, dos séculos XVI, XVII e XVIII que se exprime globalmente num conjunto de casas térreas, brancas de cal, cobertas de telhas ou terraços, apertadas ao longo de ruas estreitas que seguem a estrutura medieval no núcleo antigo e ilustram o crescimento concêntrico até séc. XVII” (PUE, artº8, nº3).

Para conhecer as condições de habitabilidade do CHE, a Câmara Municipal de Évora (CME) realizou um levantamento em (2001), através da aplicação de um questionário porta a porta, e conclui, que os edifícios em mau estado de conservação, eram habitados por:

- pessoas que residem há mais de 40 anos – 38% da população residente;
- pessoas residentes com mais de 65 anos – 40% da população;
- pessoas residentes com contratos de arrendamento muitos antigos – 38% da população;
- pessoas residentes com rendimentos inferiores a um salário mínimo nacional (SMN)- 36% da população.

Em 2002, a CME celebrou o acordo de colaboração com o Instituto Nacional de Habitação (INH) hoje, Instituto de Habitação e Reabilitação Urbana (IHRU) e os proprietários dos edifícios, para a implementação do Programa REHABITA. Assim, o Município criou condições para a reabilitação dos imóveis degradados, cujos moradores residem há mais de 40 anos, com mais de 65 anos, com rendimentos inferiores a 1 SMN e sobretudo, inquilinos com contrato de arren-

damento muito antigos (sobretudo anteriores a 1980) e com rendas muito baixas.

O REHABITA (2002-2012) apoiou a conservação de 29 edifícios, isto é, obras sem “qualquer tipo de modificação dos seus elementos estruturais, acabamentos exteriores, compartimentação interna e respetivos usos” (PGU, art.º 4, alínea e). Estas obras não necessitaram de licenciamento, mas foram comunicadas previamente à CME e Direção Regional de Cultura do Alentejo (DRCA).

Por outro lado, o REHABITA apoiou a reabilitação de 14 edifícios, com obras de “alteração e ou ampliação com conservação de elementos estruturais e decorativos de interesse, destinadas a adaptar o imóvel a um novo uso ou a melhorar a sua utilização” (PGU, artº4, alínea g). Estas obras necessitaram de licenciamento, através da realização de projetos de arquitetura, estruturas, infraestruturas e diversas especialidades. Para a execução das obras de reabilitação, os moradores arrendatários foram realojados temporariamente<sup>7</sup>, e com o término das obras de reabilitação, regressaram às suas casas. (12 agregados familiares que correspondeu a 17 moradores).

### **1.2. Da Metodologia participativa à metodologia exploratória**

Para a implementação do REHABITA (2002-2012), recorreu-se à metodologia participativa de projeto, apresentada por Isabel Guerra (2001) no livro Fundamentos e Processos de Uma Sociologia da Acção, O planeamento em Ciências Sociais, porque era essencial, a participação de todos os interessados, como os técnicos do IHRU e da CME, os proprietários, os arquitetos (contratados pelos proprietários) e os moradores arrendatários. Com a gestão participativa, foi possível a realização de projetos de reabilitação, de acordo com a política de salvaguarda e valorização patrimonial, e a realização de candidaturas para o financiamento do programa REHABITA.

Os moradores arrendatários (destinatários diretos deste programa), não foram apenas observadores na realização dos projetos de arquitetura, mas sujeitos participantes em todas as etapas do seu processo de reabilitação. A participação foi longa no tempo (2 a 4 anos), nomeadamente na elaboração dos projetos e do financiamento REHABITA. Durante este tempo, a gestão participativa transformou-se em gestão relacional, através do envolvimento gerado entre todos para o mesmo fim: a reabilitação do edificado. Por outro lado, a gestão relacional permitiu conhecer os comportamentos de desorientação,

<sup>6</sup> Regime de Apoio à Recuperação Habitacional em Áreas Urbanas Antigas, que apoiou financeiramente as Câmaras Municipais na recuperação de zonas antigas, através da celebração de acordos de colaboração entre as Câmaras Municipais e o Instituto Nacional de Habitação, de acordo com o Decreto-Lei nº329-B/2000, de 22 de Dezembro

<sup>7</sup> Foram realojados 12 agregados familiares e apenas 9 agregados regressaram às suas casas.

angústia, ansiedade, tristeza, melancolia, choro, dúvidas, revolta e incerteza, isto é, os moradores revelaram a sua subjetividade durante o processo de realojamento (Dubet, 1996).

Neste sentido, podemos afirmar que estamos perante o paradoxo do “projeto” apresentado por Guerra (2001), que por um lado tem uma dimensão racional de controlar o futuro desejável, mas por outro, uma dimensão existencial feita de interrogações e incertezas quanto ao mesmo futuro. Assim, para entender a dimensão existencial dos projetos, foram realizadas práticas audiovisuais exploratórias (2006-2012) em torno da corporeidade dos moradores, isto é, a dimensão expressiva e experiencial do corpo, apresentada por Falk, (citado por Fortuna, 2013, p. 7). Para a realização das filmagens segundo o método exploratório, Ribeiro (2004) defende o bom conhecimento dos lugares e das pessoas. No contexto do estudo que agora damos a conhecer, o bom conhecimento em torno dos processos de reabilitação foi indispensável para a organização do guião; assim sendo, teve-se em conta as várias fases de reabilitação das casas: na preparação do realojamento, na casa temporária, na casa vazia, na casa em obras e no regresso à casa.

Por outro lado, a colaboração de Marta Galvão Lucas, escultora, foi essencial, para a mobilidade e adaptação da câmara de filmar<sup>8</sup> à corporeidade dos moradores, (Ribeiro, 2004) e assim se adotou uma postura de sujeitos implicados nos processos de reabilitação. Assim, convidamos 9 agregados familiares para a realização das filmagens (2007 - 2012), mas apenas 7 aceitaram o desafio. Em 2012, apenas uma prática audiovisual terminou (Rua do Cano 75), um agregado familiar não aceitou a publicação das filmagens, e 5 encontram-se em edição (Pátio das Alcaçarias 10).

## 2. O processo de reabilitação na Rua do Cano 75, em Évora

Em 2001, a moradora arrendatária na Rua do Cano 75, enviou uma carta à CME sobre as más condições de habitabilidade em

que vivia. Em 2006, o processo de reabilitação começou no âmbito do programa REHABITA. Este edifício está inserido em zona de contígua ao Monumento Nacional do Aqueduto da Água de Prata, cuja fachada Classificada está como F1, sendo que deverá ser preservada. Apesar de ter 2 pisos, o edifício é de influência rural, com 70 m<sup>2</sup>, ocupando um lote de 3,5 m de largura e 10 m de comprimento.

De acordo com o projeto de arquitetura deste edifício (Figura 2), o espaço é delimitado pelas paredes estruturais, tem uma fachada com poucas aberturas, apenas a porta de entrada e uma janela no 1º piso, um poço e uma chaminé no rés-do-chão. Na fachada é marcante a chaminé alta, sem elementos decorativos e uma meia porta. Para a reabilitação do edifício, o projeto de arquitetura direcionou-se na criação de um saguão para a entrada de luz natural e ventilação do edifício, para a construção de uma casa de banho e de uma cozinha que não existia, e alterou a escada de acesso ao piso 1.

Neste sentido, manteve-se a estrutura do edifício e adaptou-se a cobertura para criar o

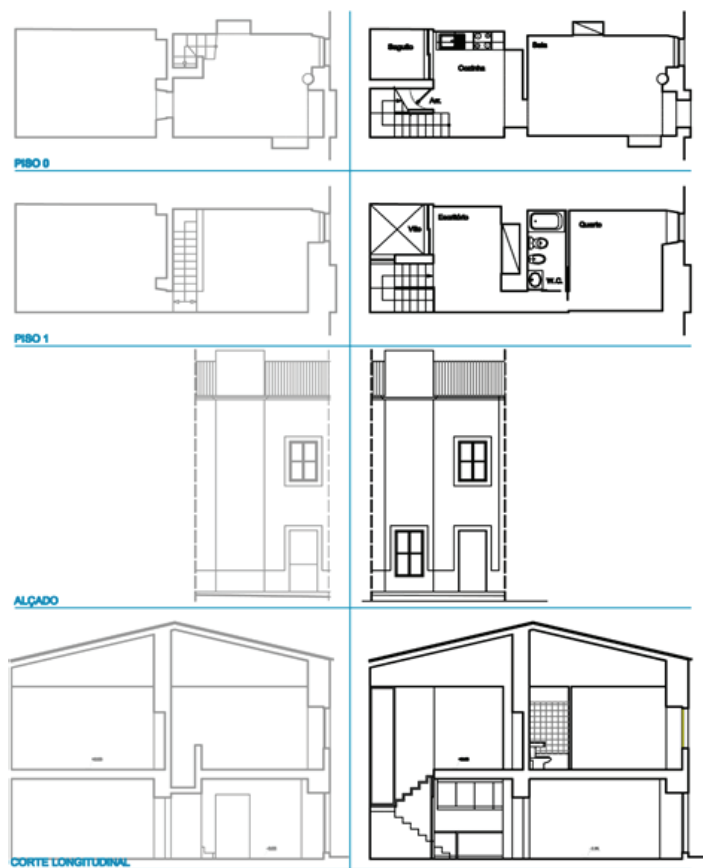


Figura 2 – O projeto existente

Fonte: Arquiteto Pedro Marques, autor do projeto, 2006

<sup>8</sup> Câmara de filmar Sony, Digital Handycam e cassetes Mini DV.

saguão e melhorar as condições de isolamento térmico. Manteve-se ainda o tipo de telha com particular preocupação na inclusão de rulos e caleiras. Quanto à fachada é mantida na sua essência, mas propõe a construção de uma janela no piso 0, idêntica à existente no piso 1.

Com esta intervenção, pretende-se ao nível do piso 0 uma sala e cozinha e ao nível do piso 1 um quarto, a casa de banho e um pequeno espaço multifuncional. (Figura 2)

Assim, a partir da análise da Figura 2, podemos afirmar que este projeto de arquitetura projeta um espaço de acordo com a política de salvaguarda e valorização patrimonial no CHE. Por outro lado, a representação do espaço existente corresponde ao “espaço abstrato” de Lefebvre (2006), sem corpo, sem tempo, neutro e vazio, que se projeta numa habitação, de acordo com as funções contemporâneas de habitar.

Antes das obras, entramos na meia porta da Rua do Cano 75, e verificamos, que estava cheio de “coisas” como móveis, roupas, utensílios e objetos. (Figura 3)

Estas “coisas” são de Henriqueta Vieira Santos, que nasceu nesta casa em 5 de Junho de 1931. Desde este dia que Henriqueta habita nesta casa.

Em 2007, com 77 anos de idade, ela mudou-se pela primeira vez da casa onde nasceu e sempre viveu, porque a sua casa não tinha condições de habitabilidade. A moradora aceitou ser filmada no âmbito do processo de reabilitação da sua casa.

## 2.1 A descoberta da dimensão existencial nesta casa

Enquanto preparou a sua mudança, Henriqueta relacionou-se e expressou-se através dos seus móveis, roupas, utensílios e objetos. Ela teve consciência (Damásio, 1999) que tinha muitas “coisas”, como no roupeiro que estava cheio de roupa:

*“... olhe como isto está tudo, olhe como isto está tudo, olhe como isto está tudo (abre gavetas) olhe, não me lembrava desta blusa, até fato de banho tenho... olhe lá o que aqui vai, está tudo limpinho e estão arrumadinhas, ou não? Olhe camisas de dormir, coisas de seda... depois é a minha irmã, uma blusa não lhe serve, toma lá, outra blusa não lhe serve, toma lá, e aqui ajunto estas coisas todas ...olhe para isto*



Figura 3 – Uma casa cheia de “coisas”

Fonte: Henriqueta, uma cartografia íntima 2008 | 2012, <http://vimeo.com/68550730>

*(blusas nos cabides) olhe para isto, olhe, olhe, esta blusa trouxeram da ilha da madeira o bordado e depois eu mandei fazer, é muito bonita, quando vou ao médico e assim....tenho aqui coisas que não estrio, ainda tenho sapatos da minha mãe, veja lá (abre uma caixa) estes aqui são para quando eu morrer, já disse às minhas irmãs (abre outra caixa) outros novos (abre outra caixa) olhe, estes são da minha mãe, eu tenho pena de aventar fora, mas não me servem, coitadinha da minha mãe, morreu sem uma perna (abre outra caixa) ...”*

Fonte: Henriqueta, uma cartografia íntima 2008 | 2012,  
<http://vimeo.com/68550730>

Henriqueta repetiu compulsivamente “...olhe, olhe, olhe para isto...”, mas o roupeiro não era apenas um espaço para acumular “roupas”, mas também um espaço de ordem qualitativa porque eram as suas roupas guardadas, ao longo do tempo. O carácter deste roupeiro não era apenas uma imagem “... olhe, olhe, olhe para isto...”, mas um carácter significativo<sup>9</sup>, que segundo Schulz (1984) fazem parte da sua experiência quotidiana. Assim, contrariando a representação do espaço abstrato, o existente no projeto de arquitetura, encontramos um espaço vivido que segundo Lefebvre (2006) é corporal, temporal, significativo e cheio de “coisas”.

Henriqueta tinha duas camas no seu quarto e só podia levar uma, porque o quarto da habitação temporária era pequeno. Assim, ela escolheu a cama que era da sua mãe, porque era a mais pequena:

*“...está a ver, pintei a minha caminha, esta cama era a da minha mãe, nunca a desmanchei, veja lá, esteve aqui, sempre ao meu lado, é verdade, e também só agora a desmanchei, a mesinha de cabeceira, ainda estava tudo igual como ela montou, com os retratos dos netos, estava tudo aí...”*

Fonte: “Henriqueta, uma cartografia íntima” 2008-2012,  
<http://vimeo.com/68640949>

A partir desta experiência, descobrimos a estabilidade das “coisas” da sua casa, porque pela primeira vez, a moradora tirou a cama que era da sua mãe, do lugar onde sempre esteve. Para Damásio (2013) a estabilidade dos objetos é essencial para o desenvolvido do sentido de *self* (num momento - agora - e num lugar - aqui) e neste contexto, o sentido de *self* de Henriqueta esteve sempre ligado à estabilidade das suas “coisas” na sua casa. Por outro lado, nesta casa apenas o corpo de Henriqueta se orienta na sua casa e apenas a sua consciência se identifica com os significados existenciais das suas “coisas”, e com Henriqueta descobrimos a dimensão existencial do lugar, defendida por Schulz (1984).



Figura 4 – A descoberta da dimensão existencial do lugar

Fonte: “Henriqueta, uma cartografia íntima” 2008 - 2012,  
<http://vimeo.com/68640949>

Para a casa temporária, começou por levar um quadro cheio de fotografias da sua família. Henriqueta, emocionada e com uma vassoura na mão, identificou a sua família:

*“... esta é a minha irmã, estas são as minhas sobrinhas, este é o meu pai e a minha mãe, esta é a filha da minha irmã, que está doente, este é o meu irmão que está doente e viúvo ... aqui está a minha irmã vestida de preto quando tirou o bilhete de identidade de viúva ... e aqui, é a minha sobrinha quando teve o bebé (ri-se) que tiram quando estava no hospital, e ela deu-me esta fotografia ... esta é minha sobrinha, que eu criei lá, que casou com este senhor muito mais velho, e ali a minha mãe e o meu pai, este é que é o meu sobrinho, o tal que me quer ajudar às coisas, e esta é a mão das gaiatas, desta e desta, a Beatriz e a outra não me lembro do nome dela ...»*

Fonte: “Henriqueta, uma cartografia íntima” 2008-2012,  
<http://vimeo.com/68640949>

Segundo Damásio (2013), os objetos têm a capacidade de despertar emoções fortes e evocam memórias, e neste sentido, através do quadro de fotografias, Henriqueta recordou os principais aspetos da sua biografia: quem foram os seus pais, os seus irmãos, os seus sobrinhos. Com estas “coisas”, podemos afirmar que, Henriqueta preparou uma certa estabilidade existen-

<sup>9</sup> Visualization, complementation and symbolization are aspects of the general processes of settling; and dwelling, in existential sense of the word, depends on these functions.” in Schulz, 1984, p. 14.

cial, que para Damásio (2013) e Schulz (1984), a estabilidade ou *stabilitas loci*, é essencial em contextos de mudança, como no realojamento. Contudo, a moradora manifestou emoções através das suas palavras, do seu olhar aguado, do sorriso no rosto, do tom de voz:

*“Isto dá-me uma tristeza, isto dá-me uma tristeza, não vejo uma casa arranjada, não vejo... isto tem que ser aos poucos e poucos... as minhas vizinhas já me disseram, Henriqueta nós vamos estranhar muito... a casa está quase composta, os meus retratinhos da minha família...”*

Fonte: “Henriqueta, uma cartografia íntima” 2008 - 2012, <http://vimeo.com/68554733>

Henriqueta expressou emoções de tristeza, ansiedade, melancolia, desorientação e perda, porque a sua casa foi ficando vazia. Segundo Baudrillard (1973) as ruturas provocadas nos ritmos de vida quotidiana tem consequências psicológicas profundas, e neste sentido, o realojamento provocou uma rutura no quotidiano de Henriqueta com a sua casa e as “coisas”, e ela revelou a sua instabilidade existencial. Ao longo da corporeidade de Henriqueta manifesta nos gestos e no uso quotidiano com os seus móveis, as roupas, os utensílios e os objetos, podemos afirmar, que as suas “coisas” na sua casa foram a extensão do seu corpo, porque existir num lugar, segundo Breton (2007), é sempre corporal. Por outro lado, a relação antropomórfica com a sua casa, através da presença das suas “coisas” alterou-se numa ausência, isto é, a sua casa sem as “coisas”. E neste contexto, o seu sentido de self (num momento - agora - e num lugar - aqui) está em constante interrogação, entre o passado vivido e o futuro que antecipa para a sua casa. (Damásio, 2013)

## 2.2. A emergência da dimensão existencial

Henriqueta nunca sentiu a sua casa vazia sem as suas “coisas”. Henriqueta abriu a meia porta da sua casa, e começou a chorar e a limpar as suas lágrimas:

*“Ai a minha casa, ai a minha casa (chora, limpa o rosto, silêncio)...”*

Fonte: “Henriqueta, uma cartografia íntima” 2008 - 2012, <http://vimeo.com/68844274>

Dentro da sua casa, apenas ficaram as marcas deixadas pelos móveis e o poço. Henriqueta recorreu momentos:

*“Graças a deus ninguém teve tendência para se deitar dentro do poço, depois eu não sei como os bombeiros tiravam daí uma pessoa... vamos lá espreitar se o poço tem muita água (atira uma pedra e ri-se) mas tem água..”*

Fonte: “Henriqueta, uma cartografia íntima” 2008 - 2012, <http://vimeo.com/68844274>

Henriqueta continuou chorosa e limpou as lágrimas. Na sua casa vazia, ela manifestou a sua individualidade (Damásio, 2013) onde a sua casa foi sinónimo da sua estabilidade:

*“... Esta casa era uma manjedoura, tinha aqui uma manjedoura e era uma casa de peles, para forrarem de peles, e compravam peles e curavam com sal, e a minha mãe está claro, quando casou com o meu pai, para aqui veio, aqui criaram toda a gente e aqui casaram, e eu fiquei (chora e silêncio)”*

Fonte: “Henriqueta, uma cartografia íntima” 2008 - 2012, <http://vimeo.com/68844274>

Henriqueta está a despedir-se da sua casa, este tempo e espaço, do aqui e agora, já é outro... aquela dimensão existencial já faz parte do seu *self* autobiográfico e neste sentido, ela apenas se orienta e identifica através da memória daquele lugar. Na sua casa vazia, este tempo e espaço existencial é como uma viagem entre o seu self autobiográfico para um futuro incerto, cheio de desorientações, desejos, anseios e muitas dúvidas...

Neste momento, a relação antropomórfica de Henriqueta com a sua casa é através de um projecto. O Arquitecto Pedro Marques explicou-lhe como vai ser a sua casa, mas Henriqueta contou as suas origens e questionou o futuro da sua casa, através das suas camas:

*“... (no quarto) esta casa não tinha água, não tinha luz, não tinha vidros na janela, não tinha o corrimão, lá em baixo era uma manjedoura, quer dizer, a minha mãe casou para aqui, aqui teve tantos filhos, e casaram os meus irmãos, eu fiquei solteira, a sofrer isto tudo, está a perceber, e morreram os meus pais...”*

Fonte: “Henriqueta, uma cartografia íntima” 2008 - 2012, <http://vimeo.com/68844274>

Com a projecção das “coisas”, Henriqueta teve consciência do futuro da sua casa. Por outro lado, com a proximidade do realojamento, ela manteve as suas relações de vizinhança e acompanhou as obras de reabilitação. Ao acompanhar as transformações da sua casa, Henriqueta foi concretizando o seu desejo de habitar, ao mes-

mo tempo que projectava a localização das suas “coisas” na sua casa. Neste sentido, podemos afirmar que reabilitar foi sinónimo de habitar, ora vejamos:

*“... já derrubaram um bocado da parede da chaminé, ainda bem, a ver se tenho a minha porta sempre fechada, a porta fica no mesmo tamanho, não fica meia porta ... estou muito bem (casa temporária) estou com a porta sempre fechada, aqui levantavam sempre a cortina e espreitar, a mim não me fazia diferença ... já moram aqui há tantos anos, isto é quase tudo uma família ...”*

Fonte: “Henriqueta, uma cartografia íntima” 2008 - 2012, <http://vimeo.com/68642524>

Em 2012, Henriqueta regressou à sua casa. Com ela vieram as suas “coisas”, que a acompanharam durante o processo de reabilitação da sua casa, sobretudo aquelas que apoiaram a sua “estabilidade existencial”, como o quadro de fotografias da sua família. Este quadro foi colocado novamente na sala e a moradora fala novamente da sua família:

*“... aqui, é o meu irmão quando andava na tropa, este o Zé Manuel, este que está aqui, esta era a minha São, olha lá o cabelo (ri-se) tinha o cabelo tão ondulado, não gostava nada de se pentear, ali é a minha mãe com a primeira neta ao colo, aquele é o meu irmão que faleceu, ali são as minhas sobrinhas, esta é aquela que toda coisa, cheia de energia, sempre foi gorda ... Estas duas aqui são filhas dela, esta e esta são filhas dela, este é o meu pai e a minha mãe, ai...tenho uma família tão grande tão grande...”*

Fonte: “Henriqueta, uma cartografia íntima” 2008 - 2012, <http://vimeo.com/68642524>

Segundo Henriqueta, a sua casa ficou decorada com fotografias, e através delas, ela recordou o momento em que foram tiradas e como era a sua casa antes das obras:

*“A minha casa está composta só de retratos, só de retratos ... olha, além é o meu João, coitadinho andavam ali uma pessoas a tirar umas fotografias, e eu tinha-o cá, e havia uma ao lado aqui assim, onde eu tinha a máquina e desviei a máquina para onde eu fazia o comer, e pu-la ali a um canto, andavam ali uns senhores à pergunta de quem queria tirar retratos cá em casa, e eu mandei cá o senhor e estava a dar de comer ao meu João, e eu tinha esta camila com este pano até, (mostra a fotografia no porta retrato) e tinha aqui o meu João, que agora está a tirar o mestrado, e eu estava a dar-lhe de*



Figura 5 – A despedida da casa

Fonte: “Henriqueta, uma cartografia íntima” 2008 - 2012 <http://vimeo.com/68642524>

*comer .... esta é a minha sobrinha que me ajuda também..”*

Fonte: “Henriqueta, uma cartografia íntima” 2008 - 2012, <http://vimeo.com/68858065>

Henriqueta também comprou “coisas” novas, como o fogão e já sabe trabalhar com ele:

*“o nove é o máximo... este é melhor que este...”*

Fonte: “Henriqueta, uma cartografia íntima” 2008 | 2012, <http://vimeo.com/68858065>

Henriqueta tem uma relação muito forte com a sua roupa. Ela tem consciência que tem muitas “coisas”, mas são dela:

*“É assim... já disse às minhas sobrinhas, não achem nada para o lixo, que eu estimava a minha roupa (silêncio) dêem às cáritas, foi o que a minha sobrinha fez com a minha irmã, deu sacos e sacos de roupa (silêncio) eu ainda tenho algumas coisas dela, minha sobrinha também me deu algumas coisas da minha irmã (silêncio)... sinto falta das coisas...minha irmã diz que as coisas chegam-me bem para mim, é verdade, de certa forma eu estou sozinha...”*

Fonte “Henriqueta, uma cartografia íntima” 2008 | 2012, <http://vimeo.com/68858065>

O corpo de Henriqueta sente falta da meia porta, porque ela tinha a porta sempre aberta, e agora tem a porta sempre fechada:

*“... a minha meia porta, a minha mãe bastante fotografias lhe tiravam ali, até os estrangeiros lhe tiravam retratos à minha mãe, é verdade, até os estrangeiros (silêncio)... Mas estranho a meia porta, estranho a meia porta, estou sempre aqui fechada, esta gente nem sabe que eu cá estou, pois, se não batem à porta...às vezes abro a porta, elas dizem, não abra a porta vá à janela, olhe que isto anda aí uma vadiagem, senão qualquer dia, empurram-na e deixam-na cair e fazem-lhe mal e está aqui sozinha, mas por enquanto não ..”*

Fonte “Henriqueta, uma cartografia íntima” 2008 | 2012,  
<http://vimeo.com/68858065>

Por outro lado, Henriqueta reclama das paredes brancas:

*“Pois, isto agora das paredes, eu quero coisas nas paredes, isto parece uma casa não sei de que não ter nada nas paredes, as coisas nas paredes também compõem as casas? (silêncio)”*

Fonte “Henriqueta, uma cartografia íntima” 2008 | 2012,  
<http://vimeo.com/68858065>

O corpo de Henriqueta sente falta da meia porta, porque ela tinha a porta sempre aberta, e agora tem a porta sempre fechada.



Figura 6 – O regresso à casa

Fonte: “Henriqueta, uma cartografia íntima” 2008 | 2012,  
<http://vimeo.com/68858065>

Após 6 meses do regresso definitivo, Henriqueta continuou em adaptação às novas funções da sua casa. Ela fala das suas “coisas”, dos seus móveis, dos seus utensílios, das suas roupas e dos seus objetos que não fazem parte da sua casa reabilitada. As suas “coisas” que perderam a sua função e o uso foram deitadas para o lixo, pela sua família. A moradora deixou de sentir as suas “coisas” por perto. Ela sentiu falta porque não estão ali. Como a meia porta que estava no projeto de arquitetura e foi alterada. Assim, podemos afirmar, que as “coisas” deitadas para o lixo como os móveis, as roupas, os utensílios e os objetos, perderam a sua função e o seu uso, mas não perderam a sua função emocional, de recordar, de viver, de sentir a sua dimensão existencial.

### 3. Considerações finais

Em 2012, com o regresso da moradora à sua casa, esta prática audiovisual foi apresentada à Henriqueta Santos e sua família, que acederam à divulgação pública desta prática audiovisual: “Henriqueta, uma cartografia íntima” 2008 - 2012.

Através de “Henriqueta uma cartografia íntima” 2008 - 2012 pretende-se romper o silêncio sobre a dimensão existencial dos projetos de reabilitação que partem de espaços abstratos, sem corpo, sem tempo, neutros e vazios, pois, na verdade aquilo que encontramos normalmente são espaços vividos, com corpo, com tempo, sensoriais e cheios de “coisas”.

Para entender a dimensão existencial dos lugares cheios de “coisas”, temos que acompanhar os moradores ao longo do processo de reabilitação das suas casas, através dos significados existenciais das suas “coisas”.

Durante o processo da Rua do Cano 75 em Évora, verificamos que os móveis, roupas, utensílios e objetos que acompanharam Henriqueta durante o processo de realojamento, regressaram à casa reabilitada, dado que fazem parte da sua estabilidade existencial.

Com o realojamento, a sua relação antropomórfica com a casa alterou-se, tendo-se transitado da presença das suas “coisas” para a sua ausência na casa. E esta alteração, manifestou-se na sua instabilidade existencial, devido à rutura provocada no seu quotidiano com a sua casa.

Na casa vazia, o tempo e espaço existencial, foi como uma viagem entre o seu passado vivido e o seu futuro incerto. E nesta viagem, a sua casa que foi a sua estabilidade, é um projeto. Assim, foi essencial explicar e retirar dúvidas sobre as transformações na casa. Por outro lado, Henriqueta acompanhou a



reabilitação e foi projetando a casa com as suas “coisas”, porque reabilitar foi sinónimo de habitar.

Com a casa reabilitada, regressaram as suas “coisas” e foram compradas “coisas” para as novas funcionalidades da casa. Contudo, para o lixo foram as “coisas” que perderam o seu uso e a sua função como os móveis, utensílios, roupas e objetos, contudo, estes não perderam a sua dimensão existencial, de recordar, de viver, de sentir. Como a meia-porta que estava representada, no espaço existente do projeto de arquitetura, e foi alterada. Sem a meia-porta, Henriqueta sentese sozinha.

Assim, a política de salvaguarda e valorização do CHE assenta na preservação do seu carácter visual e esquece o seu carácter significativo, enquanto experiência do seu dia-a-dia.

Rompido o silêncio, sobre a dimensão existencial nos processos de reabilitação, reivindicar o seu direito é assumir que reabilitar as cidades é sinónimo de reabilitar o corpo de quem habita, através dos significados existenciais das “coisas” do seu quotidiano.

### Referências bibliográficas

- Baudrillard, J. (1973), *O sistema dos objetos*, São Paulo: Edições Perspectiva.
- Breton, D. (2007), *A Sociologia do Corpo, Petrópolis*: Editora Vozes.
- Câmara Municipal de Évora (2000), *Plano de Urbanização de Évora*.
- Damásio, A. (1999), *O sentimento de si, Corpo, emoção e consciência*, Lisboa: Círculo de Leitores.
- Dubet, F. (1996), *A sociologia da experiência*, Lisboa: Edições Piaget.
- Fortuna, C. (2013), *Identidades, Percursos, Paisagens Culturais: Estudos Sociológicos de Cultura Urbana*, Coimbra: Imprensa da Universidade de Coimbra.
- Guerra, I. (2001), *Fundamentos e Processos de Uma Sociologia da Acção, O planeamento em Ciências Sociais*, Cascais: Principia.
- Lefebvre, H. (2006), *La production de l'espace*, Paris: Éditions Anthropos.
- Norberg-Schulz, C. (1984), *Genius Loci, Towards a Phenomenology of Architecture*, New York: Rizzoli International Publications.
- Ribeiro, J. (2004). *Antropologia Visual: da minúcia do olhar ao olhar distanciado*, Porto: Edições Afrontamento.



Figura 7 – A meia porta que foi deitada fora  
Fonte: “Henriqueta, uma cartografia íntima” 2008 | 2012,

# Lúcio Costa e o papel social do arquiteto: os espaços coletivos do habitar a superquadra de Brasília e Alagados

*Lúcio Costa and the social role of the architect: the collective spaces of inhabiting the superblock of Brasilia and Alagados*

Tânia Ramos<sup>10</sup>, Catiele Lima<sup>11</sup>, César Canova<sup>12</sup>

## Resumo

Lúcio Costa (1902-1998) assume posição de proa na produção arquitetônica e urbanística brasileira, seja pelas suas intervenções como arquiteto de projetos habitacionais e institucionais, seja como autor de planos urbanísticos, seja ainda pela influência que exerce no contexto sociocultural que marcou o século XX. Perante o quadro existente procurou-se analisar duas propostas de habitar deste autor sobre a evolução dos modos de morar incidindo sobre as superquadras de Brasília e o bairro habitacional em Alagados - Salvador. Em ambos se destaca o papel social que Lucio Costa procurou construir na sua obra teórica e prática, procurando compreender a interdependência entre projetar, construir e viver.

## Palavras-chave

Lúcio Costa, superquadra de Brasília, Alagados, espaços coletivos do habitar.

## Abstract

*Lúcio Costa (1902-1998) assumes the prone position in the Brazilian architectural and urban production, either for his work as an architect of housing and institutional buildings, either as urban plans, or as the influence in the sociocultural environment which marked the twentieth century. Based in this framework, this article sought to examine two housing proposals of this author on the evolution of living modes, focusing on Brasilia superblocks as well as the residential neighborhood in Alagados - Salvador. Both cases highlight the social role that Lucio Costa sought to build on his theoretical and practical work seeking to understand the interdependence of design, build and living.*

## Keywords

*Lúcio Costa, superblock of Brasilia, Alagados, collective spaces of dwelling.*

## Introdução

“O enfoque do arquiteto como profissional que exerce atividade que pode ser identificada como uma prática revolucionária, apta a alterar ou a participar da alteração de um sistema social, talvez tenha emergido entre nós quando do surgimento da arquitetura moderna no Brasil, por sua vinculação com as técnicas mais atuais de construção. Isso poderia demonstrar que o arquiteto que se utilizasse das novas técnicas estaria igualmente se insurgindo contra a prática convencional da arquitetura, a serviço de uma sociedade esclerosada e anacrônica.” (Amaral, 2003, p. 278)

Neste artigo a relação entre Arquitetura e Sociedade é analisada por meio da obra de Lúcio Costa, que por sua vez é evidenciada na Arquitetura Brasileira pelas intervenções adaptadas do Movimento Moderno. Dessa relação emerge o diálogo entre a conformação do espaço enquanto espaço construído ou projetado e a sua apropriação - enquanto espaço vivido, fruto de um debate que incide necessariamente sobre o papel social do arquiteto e o impacto causado por uma nova arquitetura num determinado meio. Amaral (2003) salienta que se percebem as possíveis formas de atuação do arquiteto: a) enquanto profissional que altera um sistema social; b) ou enquanto profissional que participa da

<sup>10</sup> Arquiteta pela Universidade de Brasília e Doutora em Engenharia do Território (2003) pelo Instituto Superior Técnico, UTL/Universidade de Brasília. É Pós-Doutora em Sustentabilidade Urbana (2007). Docente e investigadora do Centro de Investigação em Arquitetura, Urbanismo e Design, CLAUD da Faculdade de Arquitetura, FA-ULisboa. E-mail: taniaramos@fa.ulisboa.pt

<sup>11</sup> Arquiteta e Urbanista pela Faculdade de Arquitetura e Urbanismo da Universidade Tiradentes - Unit Sergipe (2013). Aluna do curso de Doutorado em Arquitetura da Faculdade de Arquitetura da Universidade de Lisboa, E-mail: catielelima@hotmail.com

<sup>12</sup> Arquiteto e Urbanista pela Faculdade de Arquitetura e Urbanismo da Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul - FAUPUCRS (2013). Membro do Grupo de Pesquisa CNPq em Habitação de Interesse Social e Sustentabilidade - Sustenfau/PUCRS (desde 2007). Aluno do curso de Doutorado em Arquitetura da Faculdade de Arquitetura da Universidade de Lisboa. E-mail: canovacr@gmail.com

alteração de um sistema social. Apesar de sutil, a diferença entre alterar e participar da alteração de um dado sistema social demonstra formas diferentes de entender a Arquitetura. Este artigo pretende salientar que a obra de Lúcio Costa (e seu impacto na Arquitetura Moderna Brasileira evidencia essas duas atitudes perante a sociedade). Para tanto, serão abordados os casos das superquadras de Brasília e do projeto para Alagados (Bahia).

Dentro do entendimento da Arquitetura enquanto transformadora do sistema social, faz sentido salientar que a Arquitetura Moderna Brasileira adquiriu o caráter de vanguarda, em consonância com as demais vanguardas artísticas do início do século XX. E como vanguarda, corria o risco de romper com o passado, pela proposição de arquiteturas que buscassem dar novo significado à identidade social. Neste sentido, dotar a sociedade de um caráter sensível e identificável através da arquitetura é algo frequentemente evidenciado na obra de Lúcio Costa; as críticas, seja elas positivas ou não, destaca Brasília como uma obra marcante tanto ao nível nacional como internacional, sendo reconhecida pelo impacto causado na população que procurou ajustar-se a uma nova imagem de cidade e a um novo modo de morar. O estudo das superquadras de Brasília permitirá evidenciar a postura do arquiteto ao determinar uma nova maneira de viver sugerida pelo projeto (Ramos, 2006, p.271).

O trabalho relaciona-se também com um outro objetivo que passa pela compreensão de Lúcio Costa quanto à arquitetura como coadjuvante na transformação da sociedade, associada inicialmente ao caso de Alagados, em Salvador. Nesse contexto, é possível identificar na obra de Lúcio Costa uma preocupação em adequar as novas técnicas de construção à realidade histórica do meio em que se inserem tal como refere Montaner (2001, p.31): “...alguns dos mestres – o próprio Le Corbusier – assim como os membros da seguinte geração – Lucio Costa, Arne Jacobsen, Josep Lluís Sert – recorreram às figurações populares e à arquitetura vernacular, tentando aprender os detalhes técnicos tradicionais. Frente à uma incipiente consciência da insuficiência da linguagem e da tecnologia moderna, estas referências vernáculas tinham como objetivo outorgar ‘caráter’ expressivo e ‘sentido comum’ construtivo”.

É preciso apontar para a preocupação social intrínseca no desenho urbano, o caráter de mediar a relação entre a arquitetura e o habitante como meio de conceder apropriação e melhor convivência. Para alcançar este objetivo escolheu-

se como estratégia técnica-metodológica: a análise documental, ou seja, procura-se analisar nos projetos mencionados, nos memoriais descritivos que os acompanharam e nos textos publicados pelo arquiteto relacionados ao tema aqui abordado, as convergências entre teoria e prática que incidem sobre o espaço construído e o espaço vivido na obra de Lúcio Costa. Serão referenciadas pesquisas anteriormente desenvolvidas que demonstram características relevantes para o estudo proposto e evidenciam a importância do arquiteto abordado e de sua obra para a conformação da Arquitetura Moderna Brasileira.

### 1. Lúcio Costa e a renovação da arquitetura

“Sua obra ganha corpo entre histórias e casas, cidades e natureza. Foram inúmeras as tentativas de precisar fatos e escolhas, de aplainar, suavizar, equilibrar, dar proporção a incertos terrenos. Décadas de palavras e traços a indicar uma proposta, o caminho das formas que pudessem favorecer uma sociedade mais humanizada.” (Silva, 1991, p. 90)

O conhecimento arquitetônico nacional e internacional sobre a produção moderna não prescinde da contribuição do arquiteto e urbanista Lúcio Costa, que também atuou como historiador, teórico do moderno e do patrimônio (Lima, 2013, p. 8) e alcançou posição proeminente na renovação da arquitetura sob a égide sociocultural da identidade brasileira.

Neste sentido, Lúcio elaborou textos críticos que serviram como diretrizes para arquitetos e urbanistas, não só no seu tempo como também nos dias atuais. Liderou de forma consciente a disseminação dos pensamentos modernos atrelados à tradição local, contribuindo assim para a legitimação da identidade arquitetônica brasileira. Lúcio Costa acreditava que o conhecimento do passado poderia trazer na memória elementos significantes que projetaria um futuro mais coerente ao modo de vida da altura. “É através das coisas belas que nos ficamos do passado, que podemos refazer, de testemunho em testemunho, os itinerários percorridos nessa apaixonante caminhada, não na busca do tempo perdido, mas ao encontro do tempo vivo para sempre porque entranhado na arte” (Costa, 2010, p.17).

O discurso de Lúcio Costa foi claramente construído na cadência ritmada da memória. O passado era entendido por ele, como uma imperativa continuidade no presente, enquanto o futuro era visto como meio de leitura da evolução

social. “Espécie de mediador entre essas instâncias, o ser moderno, apresentado como historicamente necessário, cumpriria o propósito de afirmar a funcionalidade do passado e indicar o conhecimento histórico como condição do nosso devir” (Nobre, 2004, p.123).

Neste cenário, Lúcio debateu-se com a posição oposta adotada pelos profissionais envolvidos neste percurso que aceitaram a visão de demolição da expressividade existente no passado, cabendo aos defensores do moderno, arquitetos e alunos de arquitetura contemporâneos desta época, apresentar o novo horizonte sustentado pela modernidade.

Interessa observar a posição de Lúcio Costa como decifrador neste cenário. Os direcionamentos em meio à confusa situação intelectual dos profissionais vieram sobretudo do equilíbrio entre a visão significativa de um passado e da história progressiva, uma sequência linear na qual a sua palavra esclareceu o contexto. Lúcio Costa emergiu - naquela que deveria ser a inerente função de todo e qualquer arquiteto - com a leitura da necessidade implícita, mas não explícita.

A análise de uma arquitetura do passado no tempo presente sob a ótica de Lúcio Costa produziu novas formas de olhar nos atores contemporâneos incluindo os mais “desavisados”. Aos poucos o cenário foi se alterando; o habitante foi se apropriando dos espaços concebidos, urbano e arquitetônico, ao passo que também o modificava gerando assim novas relações estéticas. O novo ritmo delineava-se, as respostas evocadas pelo arquiteto surgiram naturalmente frente às verdades expressas pelo “popular”. A solução estava no olhar acutilante de Lúcio Costa aliado à arquitetura.

Sabendo-se que para Lúcio Costa a arquitetura está indissociavelmente ligada ao contexto social na qual está inserida, ambos se constituem como elementos intrínsecos, os quais na sua relação formam o presente. Na verdade “(...) pois o nosso “pequeno drama” profissional está indissolivelmente ligado ao grande drama social – esse imenso puzzle que se veio armando pacientemente peça por peça, durante todo o século passado e, neste começo de século, se continua a armar com muito menos paciência.” (Costa, 2010, p. 41).

No entanto, é coerente salientar que o resultado de todo este processo evidencia o papel do arquiteto como parte integrante e indispensável do todo, conquanto deva estar ciente da sua responsabilidade em ordenar plasticamente espaço e volumes decorrentes, “em função de uma determinada época, de um determinado meio, de uma determinada técnica, de um determinado

programa e de uma determinada intenção” (Costa, 2010, p. 21) a fim de conceder um lugar de apropriação e melhor vivência ao habitante.

A atuação do arquiteto faz-se individual; no entanto, é força motriz no contexto social, descartam-se espíritos aliciados pelo seu próprio ego e/ou qualquer condicionante que afete negativamente o processo evolutivo da relação arquitetura e habitante. “De todas as artes é, todavia, a arquitetura – em razão do sentido eminentemente utilitário e social que ela tem – a única a que, mesmo naqueles períodos de afrouxamento, não se pode permitir, senão de forma muito particular, impulsos individualistas”. (Costa citado por Xavier, 2003, p. 24).

O ato de projetar materializa a palavra, a vivência pessoal e profissional do arquiteto, como também as concepções que consegue alcançar nas inter-relações entre formação social, econômica, histórica, técnica, estética e construtiva. Neste sentido, é papel do arquiteto encontrar respostas à problemática incipiente a toda e qualquer necessidade arquitetônica.

## 2. Procedimento Metodológico

Tendo em vista as diferentes vertentes para as quais a trajetória profissional de Lúcio Costa se direcionou, faz-se imprescindível caracterizar ao pormenor o que se pretende analisar. Dentro da preocupação em criar uma arquitetura brasileira – talvez a principal vertente -, os elementos que constituem o cerne da arquitetura moderna ganharam funções específicas para as tipologias construtivas realizadas, assumindo um caráter coletivo. Essa atitude se demonstra significativamente nos espaços coletivos do habitar, caracterizados por áreas externas ao fogo, em que se desenvolvem atividades de cunho social público e, portanto, coletivas. Tomando como exemplo o pilotis quando utilizado por Lúcio, percebe-se a intenção de remeter seu uso à tradição e à cultura de se apropriar do espaço natural, mimetizando as palafitas de construções ribeirinhas, propiciando espaço livre para as crianças ou relacionando espaços públicos com diferentes identidades.

Como casos de estudo, pretende-se analisar as propostas: a) das superquadras do Plano Piloto de Brasília (1957); b) e do projeto para Alagados (1972). Pretende-se identificar nas obras propostas para análise, os propósitos e as características que apontam para as posturas assumidas pelo arquiteto moderno perante a transformação da sociedade: o de determinador do caráter social, comumente associado ao pri-

meiro caso de estudo; e o de mediador entre um caráter social já existente e uma nova arquitetura, relacionado com o segundo caso. Neste contexto foram selecionadas duas áreas cujo desenho urbano é desenvolvido em períodos temporais distintos, embora se encontre o segundo também em Brasília, numa fase posterior à inauguração da capital. Diferenciadas socialmente, a aplicação de inquéritos à população residente mostrou um resultado similar, referido neste artigo como percepção dos habitantes e transformação por parte dos usuários.

### 3. As superquadras de Brasília

“A escala residencial, com a proposta inovadora da Superquadra, a serenidade urbana assegurada pelo gabarito uniforme de seis pavimentos, o chão livre e acessível a todos através do uso generalizado dos pilotis e o franco predomínio do verde, trouxe consigo o embrião de uma nova maneira de viver, própria de Brasília e inteiramente diversa das demais cidades brasileiras”. (Costa, 1987, p. 116).

Considerando os contributos para a arquitetura moderna, a superquadra foi pensada e criada para um modo de vida não configurado até então. A juntar-se a este dado novo é preciso lembrar que se tratava de “uma população de origem distinta, muitas vezes fruto de imposição

profissional” (Ramos, 2009), devido à necessária migração para a nova capital. Lúcio Costa infere que na aceção da superquadra “a intenção foi fazer uma vida agradável, mas caracterizada como uma cidade de fato administrativa, com características próprias, bem definidas, de significado” (Costa, 2013, p. 96)

O envolvimento da população deu-se pela resposta à solicitação de Juscelino Kubitschek, então Presidente da República (1956-1961) para que se concretizasse a transferência da capital, aliada à campanha em associar Brasília ao espírito de progresso nacional que propulsionava a construção de uma identidade a partir dos princípios da arquitetura moderna: é na superquadra que os cinco pontos da arquitetura moderna adquirem uma escala que extrapola o edifício para a escala urbana. Cabe salientar, portanto, um possível estranhamento por parte do habitante diante da arquitetura nova que se propunha, e a escala que esta assumia.

Neste sentido, não se pode afirmar que a apropriação do espaço pela determinação de um sentido de pertencimento tenha sido imediata; esteve de fato, por algum tempo, “suspensa” (Ramos, 2009, [periódico em linha]). Ou seja, durante algum tempo a vida esteve suspensa, dividida entre o existente e o conhecido, e o futuro e o desconhecido, perplexa, entre a admiração e surpresa pela efetiva construção da nova capital e as expectativas pós mudança. (Ramos, 2009).

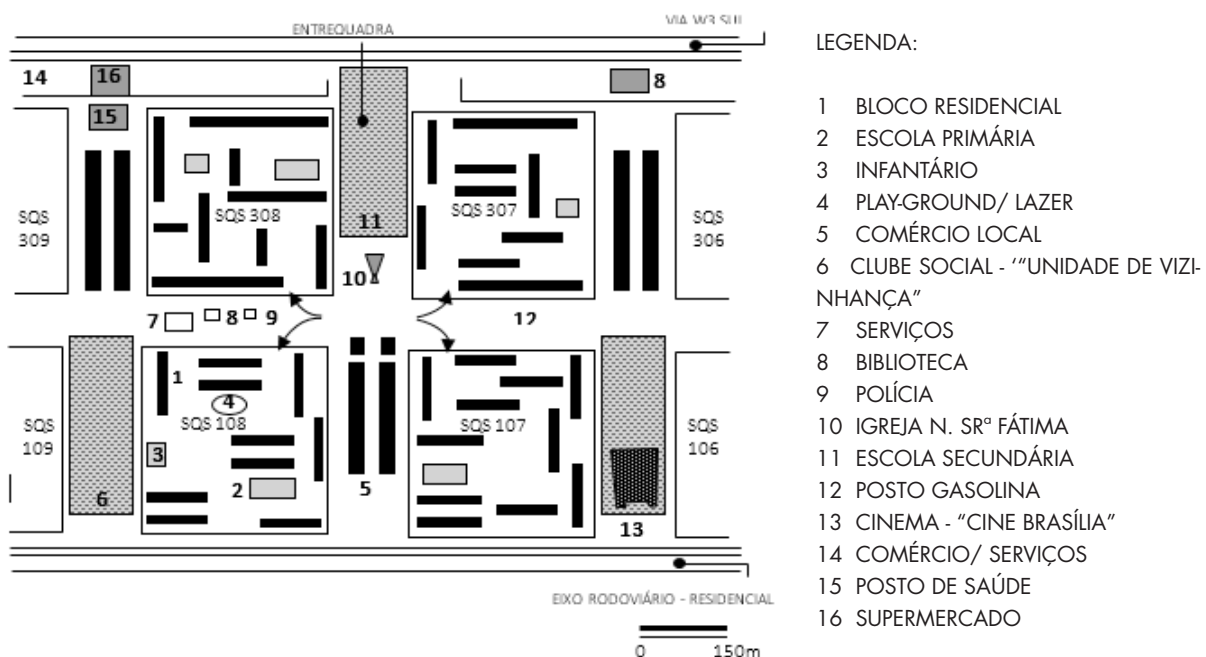


Figura 1 – Unidade de Vizinhança de Brasília

Fonte: arquivo pessoal Ramos, 2006

A definição da concepção do conjunto da superquadra como um embrião de uma nova maneira de viver (Costa, 1986) aponta para o entendimento do espaço como organismo vivo. Nesta organogênese versa-se uma clara relação de simbiose; de um lado, o arquiteto induz uma tipificação do comportamento mediante projeto; do outro, o habitante modifica-o conforme sua noção de necessidade. Tais ações conformam etapas na evolução do espaço, desenvolvimento processual progressivo, que define no comportamento das partes a expressão do todo. A superquadra se configura, portanto, como elemento inovador no habitar moderno e envolve um modo de morar que percorreu um caminho próprio: o da adaptação, do ajuste às circunstâncias proporcionadas em diferentes momentos da história da construção da cidade (Ramos, 2009).

O conjunto de quatro superquadras denomina-se Unidade de Vizinhança, pois integra os equipamentos escolares de uso cotidiano e os complementares do “bairro” conforme indicados na legenda a seguir (Figura 1).

Esta adaptação decorrente da apropriação do espaço construído como espaço vivido é evidenciada por Lúcio Costa em “Brasília Revisitada” (1987), quando infere que “o projeto era uma coisa e ficou outra”, sem atribuir um juízo de insucesso a esta característica. Reitera, no entanto, que muito do que fora planejado permaneceu e dá caráter à cidade: cidade serena; diferente das demais cidades brasileiras em geral; com personalidade própria. Costa faz a ressalva de que essa permanência de características do plano inicial, mesmo que adaptadas, não diz respeito a uma atitude autoritária na concepção do projeto; ressalta que Brasília não se tratava, já na sua gênese, de

uma cidade “anti-humana”, mas preocupava-se em proporcionar espaços agradáveis para a vida e a cultura.

A constante preocupação em estabelecer uma vida comunitária agradável, levando sempre em consideração a interação por parte dos diferentes níveis socioeconômicos, demonstra uma atitude preocupada socialmente com as repercussões que a vivência do espaço construído trariam para a conformação de uma arquitetura brasileira. Se por um lado Costa (2010) referencia elementos do espaço público de sua obra à tradição brasileira mais próxima, através de uma escala onde a altura é limitada a seis pavimentos, por outro lado remete também à obra de Le Corbusier, o qual dispõe os equipamentos quotidianos de bairro no próprio prédio, por meio de galerias de acesso ou “rua corredor” do projeto da Unidade da Habitação de Marselha. A preocupação em ter algo próprio da cultura brasileira é demonstrada também nas entrequadras, tidas como as faixas intermediárias destinadas a implantação de jogos, clubes e recreios.

“As crianças ficam naturalmente controladas pelo fato dos prédios e do enquadramento verde definir a área, e pela própria presença dos porteiros que conhecem as famílias que estão aí, independente de qualquer outra fiscalização mais rigorosa, de modo que a sensação de liberdade é total”. (Nobre, 2010, p. 207).

Nota-se, portanto, no projeto da superquadra uma dupla relação entre o espaço e o uso. O “novo modo de vida” é determinado pelo espaço que tem como base as diretrizes do Movimento Moderno; ao mesmo tempo, o espaço é concebido a partir da preocupação em integrar faixas etárias diversas e diferentes níveis econômicos, retratando o



Figura 2 – Superquadra de Brasília: espaços coletivos  
Fonte: arquivo pessoal Ramos, 2006



Figura 3 – Cobertura coletiva em edifício habitacional de Brasília  
Fonte: arquivo pessoal Ramos, 2006

<sup>13</sup> Aqui, este termo corresponde especificamente aos espaços livres entre os blocos, sendo o bloco produto do Movimento Moderno isolados nas suas quatro faces

modo de ser já implícito no ser brasileiro. Em outras palavras, “fé num mundo diferente e num Brasil melhor”, sem que fossem alteradas “as características fundamentais do nosso modo brasileiro de ser” (Costa, 2010, p. 20).

O vai-e-vem da legislação permitiu a construção do sétimo piso dedicado ao lazer individual ou coletivo desvirtuando o plano de Lúcio Costa. Curiosamente este ponto do moderno corbusiano não é aplicado pelo projetista. Lembre-se que ao transferir os espaços coletivos<sup>13</sup> do piso térreo para a cobertura, este piso térreo fica delimitado pela “projeção” da edificação no solo que permite o seu atravessamento, isto é, o “chão” de Brasília é público na totalidade das superquadras. (Figura 3).

Atualmente, o sétimo piso está fora da legislação. A constatação é de que, quanto mais o projeto apresenta a preocupação em conceder espaços coletivos entre as unidades habitacionais, menor é a insatisfação do habitante dentro do seu próprio espaço. A escolha de Lúcio Costa em não utilizar o referido ponto corbusiano, em um primeiro momento, demonstra teoricamente a importância em direcionar a interação social através dos sistemas distributivos de funcionais espaços coletivos. Em um segundo momento, a prática ratifica sua teoria.

#### 4. Alagados (1972), Salvador

Toma-se para o segundo caso de estudo o projeto de Alagados, encomendado pela Câmara Municipal de Salvador ao arquiteto e urbanista Lúcio Costa na década de 1970. A proposta consistia essencialmente em apresentar diretrizes arquitetônicas e urbanísticas relativas à sistemática expansão urbana da cidade.

O “espraiamento suburbano”<sup>14</sup> de Alagados “caracteriza-se por um aglomerado de palafitas iniciado nos anos 40 do século XX” (Soares e Espinheira, 2006, p.3). Nesse sentido, a proposta visa intervir num espaço já conformado, tendo como principal agravante a ausência de condições dignas de habitabilidade e salubridade (Figura 4).

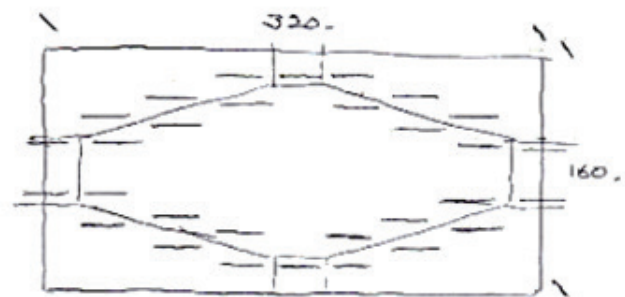
“Não se diga que se trata de população não qualificada e marginal, a ser removida alhures, porquanto recuperada a área, não terá condições de ali permanecer, pois se eles ali estão agora e assim, ali devem continuar”. (Costa, citado por Costa, 2013, p. 96). As primeiras percepções elucidadas por Lúcio Costa no memorial do projeto (Costa, 2013) solicitado demonstram uma real preocupação em inter-relacionar a arquitetura

com o aspecto social retratado, a fim de promover soluções apropriadas à realidade local. Este fato conduz o arquiteto à imperativa necessidade de despertar a consciência para o problema, como o de oferecer uma solução adequada. São

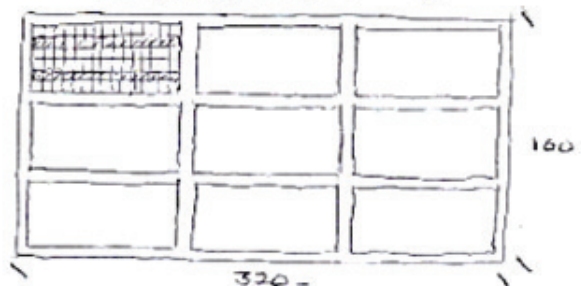


Figura 4 – Palafitas em Alagados

Fonte: Carvalho, 2002



IDEIA GERADORA:  
NUMA ÁREA DE 320 X 160 M (5 HECT), 504 UNIDADES (252 MORADIAS) EM 28 BLOCOS (3 PISOS SOBRE PÍLULAS). TERRENO 100% LIVRE PARA BENEFÍCIO DOS MORADORES (ARVOREDO, TERREINOS, ÁREAS DE Lazer, CRECHE (3 IDADES), ESCOLA, CENTRO COMUNITÁRIO, COMPLEXO - 280 M DE CALÇAMENTO E DE INTRA-ESTR. (ÁGUA, LUZ, ESGOTO ETC))



NA MESMA ÁREA A CONSTRUÇÃO DE CASAS TERREAS (SEM DE TESTADA) COMPORTARÁ APENAS 270 UNIDADES (1350 HAB) OCUPIANDO A TOTALIDADE DO TERRENO, CONTRA UM DE 1440 M PARA ÁREAS E INFRA-ESTR.

Figura 5 - Ideia geradora  
Setor ampliado do projeto de Alagados

Fonte: Costa, 2013, p. 96

<sup>14</sup> Definição do arquiteto em relação ao alastramento extenso dos loteamentos e mais loteamentos de terrenos mínimos.

propostas soluções tanto do ponto de vista social, como do ponto de vista técnico.

Neste caso, o arquiteto concentra-se diretamente na tentativa de aliar arquitetura e habitante dentro do contexto existente; é a intenção de integrar uma população já pertencente a um dado espaço à transformação decorrente de uma nova arquitetura. “Trata-se apenas de vencer a inércia, o ponto morto em que ainda estamos. E um dos meios – além de exportar – é precisamente esse de propiciar condições de habitação mínima decente, o que induzirá gradativamente cada família ao desejo de melhorar a própria condição, de progredir. O resto virá por si”. (Costa citado por Costa, 2013, p. 94).

A possível interpretação de que o papel do arquiteto é motivar a transformação social fica evidente no caso de Alagados, uma vez que Lúcio Costa (2010) traz à tona a importância em “providenciar o levantamento das condições de vida de cada família, fazer a necessária triagem e programar um melhor encaminhamento ou a devida recuperação, conforme o caso” (Costa, 2010, p. 72) isto é, apesar de entender que é preciso propor uma nova arquitetura, reitera que a tarefa do planejador consciente da sua responsabilidade social deve ir além das edificações.

Essa preocupação sociológica na concepção do espaço é formalmente evidenciada pela proposição de locais de comércio, de serviço de assistên-

cia social com pequenos ambulatórios, da escola primária (Figura 5). O arquiteto prevê também áreas entre os conjuntos de edificação definidos em cada quadra (ou losango), com o intuito de garantir lugares de convívio para as várias faixas etárias.

A projeção da dinâmica de uso pelos habitantes, na relação com os espaços privativos e coletivos, é constatada no estímulo ao sentido de propriedade, pelo qual “a casa adquirida deverá servir para vida inteira e, portanto, comportar várias fases da evolução familiar”. Continua Costa: “de início, para o casal de ex-favelados, com um ou dois filhos, o apartamento parecerá folgado; mas a medida em que a família aumenta a exiguidade do espaço se revela. Há, então, dois períodos distintos a considerar. No primeiro, os filhos, recolhendo-se os pais novamente ao quarto, até que, com o tempo, ocorre afinal a dispersão e o espaço exíguo cresce de novo” (Costa, 2010 citado por Costa, 2013, p. 98).

Tipologicamente, podem-se também apontar diretrizes projetuais que visam relacionar a idealização de uma nova arquitetura com a tradição construtiva local. O pilotis é proposto com a responsabilidade de reforçar esta ideia de integração: a crítica arquitetônica frequentemente evidencia a conexão deste elemento construtivo com as casas de estrutura de madeira sobre palafitas. Esta proposição reivindica para a arquitetura brasileira uma ancestralidade mais nobre (Silva, 1991) e faz alusão à identidade cultural dos Alagados, assim como Leite e Ramos (2013).

## Considerações finais

A Obra de Lúcio Costa representa sem dúvida uma referência histórica para o entendimento da gênese da Arquitetura Moderna Brasileira. Mantém-se atual, no entanto, por buscar um sentido real para a Arquitetura: uma arte que abriga a vida. A aparente ambiguidade proposta no início deste estudo entre duas possíveis atitudes do arquiteto moderno perante a sociedade tem seu fim na análise das relações entre a teoria e prática na obra de Lúcio Costa e aqui demonstrada. Nos casos de estudo apresentados, construir e viver fazem parte de um mesmo risco.

O caso das superquadras de Brasília poderia apontar para uma atitude impositiva do arquiteto e encerrar-se nessa identidade. Mas a proposição de um caráter para uma sociedade que ainda não vivia o espaço não significava, na teoria que embasava a ação de Costa, um desprendimento com relação aos aspectos culturais. A compreensão ampla da tradição construtiva do Brasil, referencian-



LUCIO COSTA, COM ZANINÉ E A NETA JULIETA, NA QUADRA ECONÔMICA RECENTEMENTE INAUGURADA

Figura 6 – Inauguração das Quadras Econômicas de Brasília – Adaptação do Projeto de Alagados  
Fonte: Costa, 2013, p. 105.



do em sua trajetória até mesmo a tradição portuguesa que a influenciou, permite a elaboração de uma proposta inovadora que, ao mesmo tempo, condiciona e é condicionada pela vivência social.

O segundo caso de estudo apresentado, Alagados, antecipa no projeto as preocupações sociais que seguiriam a construção do espaço, caso fosse levada a cabo. De fato, a construção foi realizada em outro local, gerando as Quadras Econômicas de Brasília, não abordadas sob este viés no trabalho proposto, por ter sofrido alterações e não corresponder ao contexto para o qual o projeto foi idealizado.

E finalmente em ambos os casos verificou-se um elevado grau de satisfação dos habitantes com os amplos espaços de uso coletivo em todas as superquadras estudadas, sejam elas situadas na Unidade de Vizinhança, sejam nas superquadras econômicas existentes nas franjas do Plano-Piloto.

No projeto, para além da identificação de elementos construtivos tradicionais que se pudessem relacionar a uma nova linguagem, Lúcio Costa demonstra a intenção de unir o viver e o construir, nessa ordem; aponta para a necessidade de se caracterizar os moradores que se apropriariam do espaço, seus costumes e seu modo de morar, como etapa prévia à proposta de soluções arquitetônicas. Unifica, portanto, o entendimento da Arquitetura: como transformadora do espaço, transformada pelo espaço.

O debate sobre o papel social da Arquitetura e a atuação do arquiteto, iniciado no Brasil pelo Movimento Moderno, mantém-se atual a partir deste estudo, que propôs a reinterpretação da obra de Lúcio Costa. A relação entre o ser da arquitetura e a experiência de arquitetura mostra-se aqui indispensável. A transformação social que se pretendia e que ainda pretendem atualmente os arquitetos e urbanistas brasileiros, resultará da compreensão da intrínseca afinidade entre o viver e o construir/construir e viver o espaço.

### Referências bibliográficas

- Amaral, Aracy (2003), *Arte para quê? A preocupação social na arte brasileira. 1930-1970, subsídios para uma história social da arte no Brasil*, São Paulo: Studio Nobel.
- Carvalho, Eduardo Teixeira de (2002), *Os Alagados da Bahia: Intervenções Públicas e Apropriação Informal do Espaço Urbano*, Salvador, Dissertação em Arquitetura e Urbanismo, Universidade Federal da Bahia – FAUFBA.
- Costa, Lúcio (2003 [1936]), Razões da Nova Arquitetura, in Xavier, Alberto (Org.), *Depoi-*
- mento de uma geração: arquitetura moderna brasileira*, São Paulo: Cosac & Naify, pp. 39-52.
- Costa, Lúcio (1987), Brasília revisitada 1985/1987, *Revista Projeto*, volume s/n (nº 100), pp. 115-122.
- Costa, Lúcio (2010), *Arquitetura. Lúcio Costa*, Rio de Janeiro: José Olympio.
- Costa, Maria Eliza (2013), *Lúcio Costa, inventor de Brasília*, São Paulo: Escola da Cidade.
- Leite, Carolina e Ramos, Tânia Beisl (2012) “*Expansão planejada de São Luís do Maranhão: uma proposta de desenho e de um modo de habitar de Lucio Costa*”, in 4º Docomomo Norte-Nordeste – Arquitetura em cidades “sempre novas”: modernismo, projeto e património. Universidade Federal do Rio Grande do Norte, UFRN, Maio 2012.
- Lima, Catiele Gonçalves (2013), *Intermezzos: reflexos do olhar atento e questionador de Lucio Costa*, Trabalho final de graduação, Sergipe, Universidade Tiradentes.
- Montaner, Josep Maria (2001), *A modernidade superada*, Barcelona: Gustavo Gili.
- Nobre, Ana Luiza (2004) (org.), *Lucio Costa, um modo de ser moderno*, São Paulo: Cosac & Naify.
- \_\_\_\_\_ (2010) (org.), *Lucio Costa – Encontros*, Rio de Janeiro: Beco do Azougue.
- Ramos, Tânia Beisl (2009), *Superquadra: vida suspensa*, Portal Vitruvius, *Arquitextos*, volume 10 (n. 112.04), p. s/n. , [periódico em linha] Consultado Dez. 2007]. Disponível em <http://www.vitruvius.com.br/revistas/read/arquitextos/10.112/27>
- \_\_\_\_\_ (2006) *Os Espaços do Habitar Moderno: Evolução e Significados. Os Casos Português e Brasileiro*. 1. ed. , V.1, Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian e Fundação para a Ciência e Tecnologia
- Silva, Maria Angélica da (1991), *Lucio Costa: as formas e as palavras*, Departamento de História, Dissertação de mestrado, PUC-Rio.
- Soares, Mateus de Carvalho e Espinheira, Carlos Geraldo D’Andréa (2006). *Conjuntos habitacionais em Salvador-Ba e a transitória inserção social. Revista de pesquisa em arquitetura e urbanismo*, Volume s/n, pp.5 7-65.
- Xavier, Alberto (2003) (org.), *Depoi-*

# Equipamento urbano inclusivo e sustentável pensado para uma cidade de todos para todos

*Inclusive and sustainable urban equipment designed for a city from all to all*

Joana Magalhães Francisco<sup>15</sup>, Inês Secca Ruivo<sup>16</sup>

## Resumo

Um design apropriado de equipamento urbano (E.U.) de descanso, com características de inclusividade e identidade (do local onde se inserem) poderá ajudar a resolver problemas e dificuldades quotidianas como a desorganização do espaço, aumento das barreiras urbanísticas, envelhecimento da população e excessiva uniformização do equipamento urbano (perda da identidade). Neste artigo o objetivo é perceber como os conceitos de inclusividade e identidade poderão ser aplicados ao projeto de desenho de E.U. para tornar a urbe mais inclusiva. Neste âmbito realizaram-se três tipos de análise: estudo de caso; análise prática; pesquisa de E.U. de descanso (existentes e de concept design). A partir do cruzamento dos resultados destas três análises definimos uma Ferramenta I que permite a construção de critérios de projeto, sediados no objetivo de que o E.U. a desenvolver deverá ser um potencial mediador cultural inclusivo, identitário, sustentável e estandardizado, enquanto resposta a uma sociedade em constante transformação.

## Palavras-chave

Cidade, inclusividade, identidade, sustentabilidade, equipamento urbano

## Abstract

An appropriate design of urban equipment (U.E.), with features of inclusivity and identity (where included) can help solve day-to-day problems and difficulties as the clutter of space, urban barriers increase, ageing population and excessive standardization of urban equipment (loss of identity). In this article, the goal is to understand how the concepts of inclusiveness and identity could be applied to U.E. design project to make the city more inclusive. In this context there were three types of analysis: case study; practical analysis; rest U.E. search (existing and concept design). From the intersection of the results of these three analyses define a tool that allows the construction of design criteria, based on the goal of the U.E. to develop should be a potential mediator, including cultural identity, sustainable and standardized, while responding to a society in constant transformation.

## Keywords

city, inclusiveness, identity, sustainability, urban equipment

## Introdução

De acordo com Mourthé (1998), o equipamento urbano esteve “sempre presente nas cidades como complementação da sua urbanização” (Mourthé, 1998, p.1), enquanto conjunto de objetos que compõe a paisagem citadina, e que pretende facilitar e trazer conforto aos seus utilizadores. O equipamento urbano entende-se como todo o tipo de elementos ou conjunto de elementos que estão colocados, na totalidade ou parcialmente, na via pública que por si ou ins-

trumentalmente, se destine a prestar um serviço ou a satisfazer uma necessidade social, de uma forma sazonal ou precária (Câmara Municipal de Lisboa, 1991). Dada a variedade de equipamentos existentes, centrámo-nos nos equipamentos de descanso (banco ou assento, com e sem apoio para as costas), que correspondem a todo o tipo de objetos onde o utente pode repousar, seja num percurso, num largo ou numa praça.

Fatores como o aumento das barreiras urbanísticas (que impedem o acesso ao usufruto da cidade por parte das pessoas com mobilida-

<sup>15</sup> Designer e doutoranda no curso de Design na Faculdade de Arquitetura da Universidade de Lisboa, bolsista de investigação no projeto «Design Inclusivo na Cidade – um contributo ao nível do equipamento urbano» financiado pela Fundação para a Ciência e a Tecnologia. E-mail: jmf@joanafrancisco.com

<sup>16</sup> Investigadora e Professora, CHAIA – Centro de História da Arte e Investigação Artística, Universidade de Évora, E-mail: isruivo@gmail.com

de reduzida, bem como de uma população que tem vindo a envelhecer de forma constante) e a excessiva uniformização do E.U. (que contribui para a perda de identidade da cidade) são fatores resultantes dos problemas emergentes das cidades contemporâneas, revelando-se como desafios estimulantes para o Design, quer do ponto de vista social quer urbanístico, mais concretamente, ao nível do planeamento e gestão de uma cidade mais acessível a todos. Assim, assume-se como fundamental o desenho do espaço público com qualidade, considerando a acessibilidade para todos, independentemente da idade, capacidades físicas, pertença étnica ou estatuto social do indivíduo que dele usufrui. Jane Jacobs (1962) define alguns objetivos para a construção com qualidade do espaço público: a vivência; a identidade e o controle; o acesso a oportunidades, à imaginação e distração; a autenticidade e significado; a vida pública e comunitária; a autoconfiança urbana e o bom ambiente para todos. O design inclusivo poderá ser um “parâmetro” essencial, nomeadamente na relação indivíduo/espaço, na concretização da ideia de cidade sustentável, assim como no que respeita às novas relações sociais que poderão ser geradas na malha urbana. O design de equipamento urbano dedicado ao espaço público é um fator importante na criação e composição desse mesmo espaço, devendo perseguir o conforto (físico e cognitivo) e o uso fácil para todos os públicos (de diferentes idades e capacidades), acrescentando qualidade de vida e bem-estar à sociedade em geral e ao indivíduo em particular (Almendra, 2010).

Quando se trata de inclusividade e mobilidade, é preciso compreender as relações do indivíduo com o território e respetivas estruturas sociais, económicas e ambientais. Existe a necessidade de uma cidade fácil de entender, que encoraje a comunidade à mobilidade e que contenha elementos que guiem e mantenham a identificação com a cidade. Por exemplo, Lynch (1982) concebe a identidade como significado de individualidade.

Os pressupostos anteriormente aludidos estão na base da construção de uma ferramenta que auxilie a concretização de projetos de equipamento urbano, que contenham na sua génese componentes de inclusividade e identidade, de uma forma sustentável, atendendo ao ciclo de vida do produto e às necessidades do presente, sem comprometer a qualidade de vida e os recursos disponíveis para as gerações futuras. Esta ferramenta assume-se como um contributo indispensável para a criação de equipamentos urbanos que pretendam afirmar-se de facto como inclusivos (Shorten, 1993).

No desenvolvimento do presente artigo, procurou-se em primeiro lugar, entender o que são equipamentos de descanso, enquanto elementos integrantes da cidade. Esta análise permitiu verificar quais as suas valências e problemáticas que lhe estão associadas.

Num segundo momento procurou-se, entender como é que nas três cidades (Tóquio, Barcelona e Lisboa) é concebido o equipamento urbano de descanso e a sua relação com os utentes, o modo como este é aplicado e como reflete os valores de inclusividade e identidade de um modo sustentável. Por último, analisaram-se de um modo sistematizado soluções de construção aplicadas nos equipamentos de descansos, já existentes no mercado atual, e nos projetos de *concept design*.

## 2. Metodologia de investigação

Este estudo desenvolveu-se a partir da seleção de três estudos de caso com a seguinte metodologia: a) análise de E.U. de descanso nas cidades de Tóquio e Barcelona, identificando se existem ou não características de inclusividade, de identidade, de um modo sustentável e a sua aplicação; b) análise prática do equipamento urbano na cidade de Lisboa, com a mobilização da observação direta, com registo fotográfico e registo em tabelas desenhadas para esta investigação e que permitem o registo das componentes de inclusividade e identidade nos E.U. de descanso aplicados na cidade; c) pesquisa de equipamentos urbanos de descanso, numa ótica do contexto projetual, já existentes no mercado (soluções de construção, identidade e inclusividade, se são aplicadas), bem como exemplos de *concept design* (projetos de designers submetidos a concursos, ou peças conceptuais aplicadas como caso esporádico no espaço público).

### Critérios de seleção dos estudos de caso

Na identificação das tipologias do equipamento urbano, Augusto Pinto Cardoso no seu livro *Cadeiras Portuguesas* (1998) refere que os bancos ou assentos pertencem a uma tipologia de objetos e elementos que mais contribuem e beneficiam a vida dos utentes. O seu uso permitiu o descansar numa posição de conforto elevada do solo, permitindo a liberdade de movimentos dos membros superiores, por forma a executar alguns trabalhos na posição sentada (Cardoso,

1998). Esta classificação, levou a que se adotasse a procura de objetos de descanso - bancos com apoio de costas e sem, que permitissem o sentar de uma ou mais pessoas – como critério de definição do equipamento urbano de descanso.

Outros critérios adotados para a escolha dos estudos de caso corresponderam à procura de como este tipo de equipamento é aplicado nos locais - praças, ruas e ao longo de percursos; tentando-se perceber como é visto o espaço público – para as pessoas e das pessoas – nas três cidades; de que modo a identidade da cidade é refletida no equipamento urbano, bem como, a evolução do equipamento urbano de descanso. Procura-se ainda a avaliação dos tipos de materiais empregues, o conforto, a distribuição espacial, distanciamento, desenho (objeto autor, ou em produção em massa) e a quantidade.

Com base nestes critérios de avaliação, procuramos a escolha de três cidades, duas são analisadas através de análise documental, referimo-nos às cidades de Tóquio e Barcelona, e a terceira, a cidade de Lisboa, com avaliação de campo (observação direta, com registo em tabelas, e registo fotográfico). Nas três foram aplicadas fichas tipológicas, que assentaram nos critérios referidos anteriormente.

A descrição e análise dos três estudos de caso inicia-se com a definição e enquadramento histórico das cidades, seguida da aplicação metodológica organizada sob a forma de fichas de avaliação, onde figuram os critérios referidos anteriormente.

A escolha destas três cidades regeu-se pela distinção morfológica (Guerreiro, 2013), ou seja, na diferença de culturas, na visão da cidade (Serdoura, 2007) e no modo como abordam a problemática do equipamento urbano de descanso (bancos ou assentos). Procurámos saber ainda, como foi resolvida a relação Cidade-Utilizador -Equipamento Urbano de descanso, como foi pensada a ligação entre a inclusividade identidade (Gamito, 2012) e se tal segue uma forma sustentável (Garcia, 2015). Procurámos, ainda detetar os pontos essenciais, como exemplos da boas práticas de design de equipamento urbano de descanso.

### 3. A análise das três cidades: Tóquio, Barcelona e Lisboa

#### Tóquio

A cidade de Tóquio desenvolveu-se como um espaço urbano aleatório (Jáuregui, 1997), onde convergem vários tipos de espaços, desde os

mais tradicionais aos mais tecnológicos, liderados por empresas privadas.

Da análise efetuada, percebe-se que apenas nos espaços privados o E.U. foi “pensado” para as pessoas e para os locais, atribuindo uma identidade ao lugar e com a qual os cidadãos se identificam. Por outro lado as zonas mais antigas, devido à sua morfologia, são constituídas por espaços mais exíguos em que o E.U. acaba por ser pouco pertinente.

Para a sociedade japonesa a rua tem um caráter importante, enquanto regulador das atividades dos cidadãos, porém, esta tem sido invadida pelos automóveis que tem impedido, desse modo, a sua utilização como área lúdica e de encontro.

Na generalidade, nas zonas centrais da cidade, as vias são ocupadas pelos automóveis e os passeios passam a ser meras áreas de circulação, onde não se propiciam lugares de estadia, de convívio e de permanência. Nestas zonas cen-

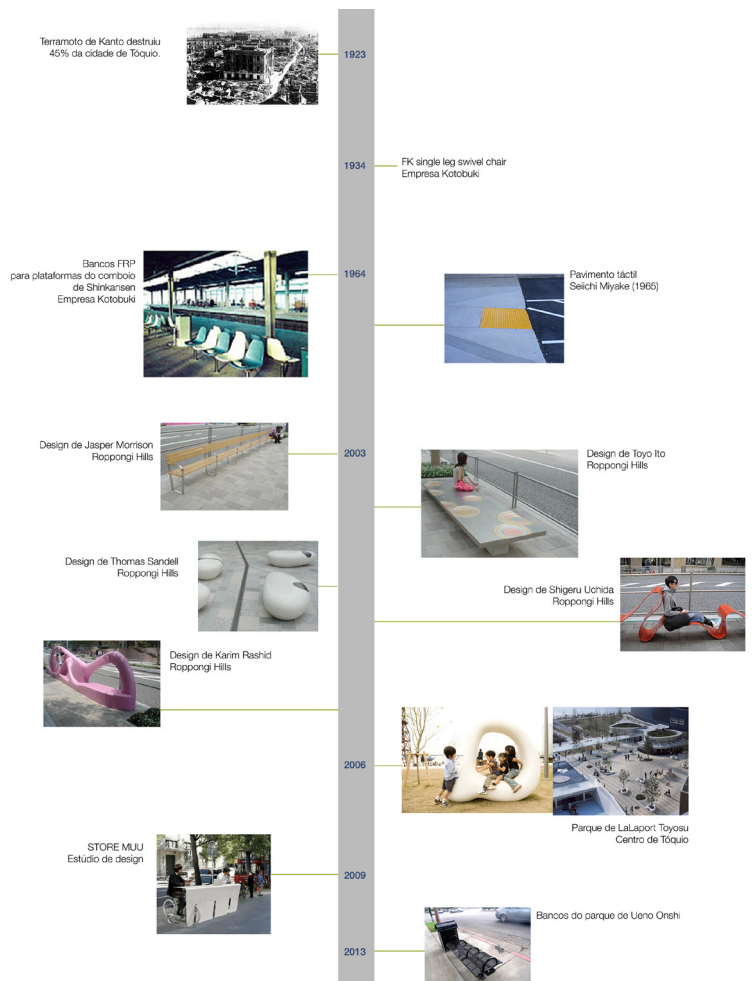


Figura 1 –Linha temporal cidade de Tóquio  
Fonte: Elaboração própria, 2014

trais, o excesso de população dificulta a interação social, assim como a criação de espaços de permanência ao longo dos passeios. Contudo, nas zonas mais antigas da cidade, devido à sua morfologia - ruas estreitas com pouco espaço entre as casas, por vezes com a largura de uma pessoa, onde não entram carros -, verifica-se que as pessoas interagem com maior facilidade.

Na linha temporal apresentada na Figura 1, pode-se ver como o E.U. na cidade de Tóquio se desenvolveu após o terramoto de Kanto, em 1923, o qual devastou 45% da urbe, obrigando à sua reconstrução, nomeadamente a nível de equipamentos sociais.

Uma das empresas, líder de mercado na produção de equipamentos urbanos, com uma presença relevante na reconstrução da cidade, foi a Kotobuki, fundada em 1916, em Ginza, Sukiya-bashi, que inicialmente fabricava carpetes e mobiliário doméstico, numa altura em que o Japão se ocidentalizava. Com a ocidentalização, verificou-se um aumento da procura de cadeiras para uso doméstico. Em virtude da importação deste equipamento ser insuficiente, face à procura do mercado, tornou-se prioritário o seu fabrico. Com a reconstrução de Tóquio esta empresa, e dado o seu *know how*, encontrou um nicho de mercado na produção de equipamento urbano, nomeadamente cadeiras.

Desde a segunda metade do século XX e, em particular no século XXI, o E.U. da cidade de Tóquio tem assumido um carácter muito cénico (Caballero & Yoshiharu, 2007), aplicado apenas nos complexos privados, inseridos no centro da cidade, nomeadamente no centro de negócios, onde as empresas privadas imperam na compra dos locais e fazem quer a sua construção quer a sua manutenção. O tipo de E.U. colocado nestes espaços atribui-lhes assim uma identidade própria, particular. Existe então, na cidade de Tóquio, a necessidade da criação de novos espaços que os utentes possam usufruir, como referido.

### Barcelona

Segundo Margarida Queirós (2010), existem aspetos fundamentais que estimulam a *cultura de projeto* em Barcelona (modelo de Barcelona iniciado nos anos 80), como o crescimento económico e os recursos próprios da cidade, o grande dinamismo social fruto do crescimento dos fluxos migratórios, mas também a existência de um projeto de futuro (Dettori, 2014) e de internacionalização. Acresce as competências históricas (história da cidade), associadas ao *Ajuntament de Barcelona* (Câmara Municipal de Barcelona),

a qual assume um papel fundamental no planeamento urbano da cidade e, por fim, o marketing.

A política de regeneração urbana de Barcelona pauta-se pela variedade de projetos de âmbito público, bem como pela cultura urbana e participação pública (Remesar *et al.*, 2005). Percebemos assim que Barcelona se desenvolveu ao longo dos tempos de uma forma única e sustentável. Na cidade de Barcelona o equipamento urbano, resolve-se segundo uma visão ampla, na qual todos os elementos do projeto - como bancos, iluminação, pavimento, caixotes do lixo, entre outros - são abordados de uma forma global e integrada, fazendo parte de um todo, constituindo desse modo um projeto composto por elementos coesos e acabados; ao invés de, como acontece noutras cidades, se constituírem como equipamento sobreposto de maneira arbitrária em função de uma conveniência económica desprovida de critérios de planeamento das partes constituintes do todo na cidade, nomeadamente ao nível da inclusividade.

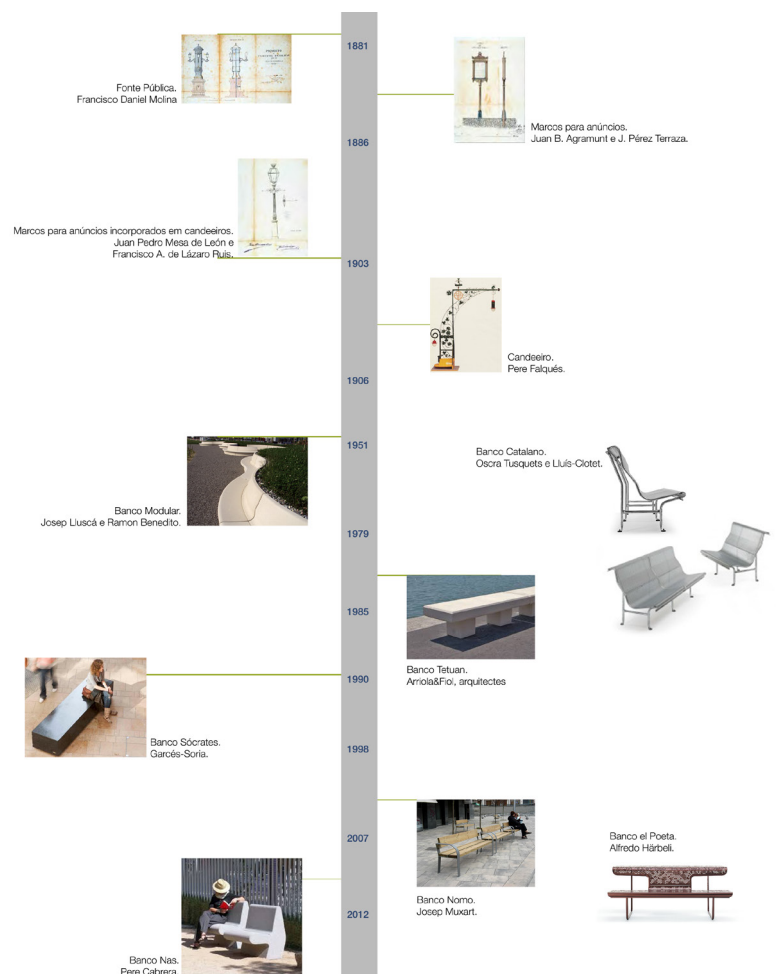


Figura 2 –Linha temporal cidade de Barcelona  
Fonte: Elaboração própria, 2014

Atualmente, os equipamentos urbanos contemporâneos da cidade de Barcelona encontram-se em lugares públicos, contribuindo de forma afirmativa para a identidade da cidade, não obstante a sua coabitação com inúmeros elementos de E.U. do início do século XX, preservados no tempo e assumidamente constituintes da História da cidade. Pensar a funcionalidade do equipamento urbano enquanto objeto de uso coletivo situado no espaço público é fundamental, na medida em que permite entender a transformação do espaço de um modo integrado (Balibrea, 2004). No caso de Barcelona, o E.U. integrou-se na estrutura da cidade juntamente com objetos funcionais e estéticos de tempos diferentes, cujo ponto comum são os benefícios concretos que oferecem à cidade e aos cidadãos. Na Figura 2, apresenta-se a linha temporal de evolução do E.U. em Barcelona, permitindo-se desse modo uma caracterização da sua evolução na cidade de Barcelona.

Ao contrário de Tóquio, Barcelona à medida que foi sendo remodelada e renovada foi pensada, não só em torno do espaço público mas também de quem o usufrui (Dettori, 2014). Esta ideia reflete-se no E.U. que integra na sua conceção as necessidades do utente, a identidade do local, e a imagem da cidade, ou seja, a Cidade como Marca.

## Lisboa

Após a análise das cidades escolhidas, onde foram detetados alguns pontos essenciais, como exemplos de bons procedimentos de construção, colocação e identidade de E.U., procedeu-se a uma análise prática na cidade de Lisboa. Para esta análise escolheram-se três percursos específicos que tivessem pontos em comum em relação aos equipamentos que os constituem, como escolas, habitação, comércio local e transportes públicos. Através dessa análise foi possível criar pontos de conexão dos objetos na cidade e da sua relação com os utentes. Essa análise prática culminou na definição da Ferramenta I que é dividida em duas partes – a primeira relacionada com a análise dos equipamentos aplicados e a segunda com os requisitos para o projeto prático de equipamento urbano de descanso inclusivo e identitário do local onde se insere, numa perspectiva de design sustentável.

Para iniciar a análise prática da investigação, procedeu-se numa primeira fase à escolha dos percursos a estudar na cidade de Lisboa. Para a sua definição, foi importante a realização de uma reunião com o Núcleo de Acessibilidade Pedonal da Câmara Municipal de Lisboa (CML) na qual nos foi permitido ver o Mapa de Potencial Pedo-

CONCLUSÕES - PERCURSOS	TABELA 1 - Acessibilidade	TABELA 2 - Inclusividade	TABELA 3 - Standardização / Cultura e Identidade
<b>PENHA DE FRANÇA GRAÇA</b>	Falta de manutenção Má colocação Más condições do pavimento E.U. de grandes dimensões para o espaço 15 dos 20 E.U.'s observados são de serviço público e 4 de descanso 53% encontram-se em zona mista <b>Acessibilidade</b> - 12 sem dificuldade e 8 com dificuldade	<b>Dimensão</b> - 56% dos E.U.'s estão na média <b>Legibilidade</b> - 42% transmitem correctamente a sua função <b>Materiais</b> - 50% não são adequados / 42% não tem a textura adequada / 47% são seguros / 37% são resistentes e duráveis / 58% não são versáteis <b>Diversidade e Adaptabilidade</b> - 47% não cria percursos pedonais amigáveis / 58% cria medianamente informação clara / 62% considera-se medianamente localizados adequadamente / 42% não se encontram bem integrados / 68% são considerados obstáculo / 42% são considerados inclusivos cultural e social.	<b>Standardização</b> - 94% são standardizados <b>Criação de padrões de standardização</b> - 53% não criam <b>Memória</b> - 47% não criam <b>Tradição Local</b> - 63% não promovem <b>Sentimento de pertença</b> - 84% não criam <b>Cria local de permanência</b> - 78% não criam <b>Promove marcos e vistas</b> - 95% não promovem <b>Frequência de uso</b> - 78% são usados com frequência <b>Materiais prevalentes ou históricos</b> - 100% não tem
<b>AVENIDAS NOVAS</b>	alguns E.U. como obstáculo no meio da via no geral o equipamento é de fácil acesso 10 do 20 E.U.'s são de serviço público e 1 de descanso 64% dos E.U.'s estão em zona mista <b>Acessibilidade</b> - dos 20 E.U.'s 9 são acessíveis e 2 com alguma dificuldade	<b>Dimensão</b> - 50% tem a dimensão medianamente correcta <b>Legibilidade</b> - 50% indicam a sua função correctamente <b>Materiais</b> - 58% tem materiais adequados / 59% tem a textura correcta / 50% são resistentes e duráveis / 58% são versáteis / 59% são seguros <b>Diversidade e Adaptabilidade</b> - 58% cria percursos pedonais amigáveis / 50% cria delimitações espaços incompatíveis / 67% localizados adequadamente / 75% bem integrados / 67% não são considerados obstáculos / 83% são inclusivos cultural e social	<b>Standardização</b> - 100% são standardizados <b>Criação de padrões de standardização</b> - 42% não criam <b>Memória</b> - 50% não criam <b>Tradição Local</b> - 58% não promovem <b>Sentimento de pertença</b> - 83% não criam <b>Cria local de permanência</b> - 46% não criam <b>Promove marcos e vistas</b> - 50% não promovem <b>Frequência de uso</b> - 46% são usados com frequência <b>Materiais prevalentes ou históricos</b> - 59% não tem
<b>RATO CAMPO DE OURIQUE</b>	más condições do pavimento 9 do 20 equipamentos são de serviço público e 5 de separação e protecção 82% dos E.U.'s estão colocados em zona mista e 12% em zona passagem <b>Acessibilidade</b> - 100% dos equipamentos observados são de fácil acesso.	<b>Dimensão</b> - 59% tem a dimensão correcta <b>Legibilidade</b> - 70% indicam a função correctamente <b>Materiais</b> - 70% tem materiais adequados / 64% tem a textura correcta / 71% são resistentes e duráveis / 65% são versáteis medianamente / 70% são seguros <b>Diversidade e Adaptabilidade</b> - 70% cria percursos pedonais amigáveis / 70% cria delimitações de espaços incompatíveis / 70% localizados adequadamente / 76% medianamente integrados / 35% são considerados obstáculos / 65% são inclusivos cultural e social	<b>Standardização</b> - 100% são standardizados <b>Criação de padrões de standardização</b> - 88% criam medianamente <b>Memória</b> - 82% não criam <b>Tradição Local</b> - 71% não promove <b>Sentimento de pertença</b> - 94% não cria <b>Cria local de permanência</b> - 82% não cria <b>Promove marcos e vistas</b> - 72% não promove <b>Frequência de uso</b> - 50% são usados com frequência <b>Materiais prevalentes ou históricos</b> - 100% não tem

Tabela 1 – Caracterização dos três percursos  
Fonte: Elaboração própria, 2014

nal da cidade de Lisboa, o que possibilitou uma escolha mais criteriosa dos percursos, e a sua posterior análise de campo/observação direta, centrada na interação das pessoas com diversos E.U. desses territórios. Nesse processo, os percursos foram realizados pedonalmente (junho/agosto de 2013), o que permitiu não só a sua observação direta como o registo fotográfico dos equipamentos ao longo de cada percurso, quer sem a interação/presença de usuários, quer na sua relação com a população.

Os três percursos selecionados para o estudo foram a Zona de elevação: Penha de França – Graça (P1), a Zona plana: Avenidas Novas (P2), e a Zona plana e de elevação: Rato - Campo de Ourique (P3). Apesar de terem morfologias diferentes, qualquer deles apresenta um grupo de características comuns que foram intencionalmente tidas como critério para a sua escolha: a presença de estabelecimentos escolares, transportes públicos, jardins, zonas de comércio e habitação. Foram analisados quinze tipos de equipamentos diferentes, por forma a se identificar problemas e dificuldades ao nível dos equipamentos de descanso (bancos de jardim, bancos encontrados no percurso, sítios onde as pessoas se apropriam dos objetos para repousar, como pilaretas) na cidade de Lisboa.

Para além de serem analisados através de observação direta, efetuaram-se alguns registos em tabelas tipo (figura 3), elaboradas para esta investigação, organizadas segundo três parâmetros:

a) Tabela 1. **Inclusividade:** analisa-se os E.U.'s no que respeita aos materiais, a sua função adequada ou não e a sua localização.

b) Tabela 2. **Identidade:** observa-se os E.U.'s nomeadamente na dimensão, se estes criam padrões, memórias, através da sua forma, materiais e colocação/permanência, o valor das funções que os E.U.'s assumem na morfologia da cidade.

c) Tabela 3. **Sustentabilidade:** analisa-se os E.U.'s em relação à sua função e aplicação no espaço (localização em zona mista, aberta, ou fechada) e as suas características (função), se são de fácil acesso ou não.

As tabelas elaboradas para esta investigação, foram baseadas nas tabelas de avaliação patentes no Livro *“Do Projeto ao Objeto manual de boas práticas de mobiliário urbano em centros históricos”* editado em 2005 pelo CPD (Centro Português de Design), porém foram adaptadas para esta investigação, por forma a obter resultados mais detalhados acerca do equipamento urbano a analisar, nos percursos da cidade de Lisboa.

Após o diagnóstico sobre os três espaços, mistos nos percursos, identificaram-se várias oportunidades de projeto, procedendo-se à escolha de uma, que foi concebida como hipótese. Verificando-se que a atividade mais recorrente nestes percursos é o descanso nos espaços comuns e visto não existirem pontos de descanso durante esses caminhos - como jardins, praças ou pequenos recantos tipo pátios - considerou-se pertinente a realização de uma proposta de ferramenta que pudesse colocar os critérios elaborados anteriormente como premissas como resposta, que explorasse a apropriação dos conceitos tipológicos de lazer e descanso.

#### 4. Pesquisa de equipamentos urbanos de descanso

Foram observados e analisados um total de cem objetos de equipamento urbano de descanso divididos em dois blocos. Para compreender melhor o contexto projetual a nível do equipamento urbano de descanso produzido e aplicado nas cidades de hoje, recolheram-se cinquenta exemplos considerados paradigmáticos (ver tabela 2), identificando-se dessa forma os seus autores, os critérios a que correspondem (portabilidade, manutenção, uso, memória da peça ou do local, bem como a promoção da interação entre as pessoas) e os materiais. Complementarmente procedeu-se à análise de cinquenta exemplos de *concept design* (ver tabela 2), onde além da identificação dos autores e materiais, se tentou compreender para que linhas, ou novas tendências, nos orientam.

Como resultado dessas análises, centradas em soluções de descanso, concluiu-se que no equipamento já produzido e aplicado (referente à primeira tabela) a maioria das soluções consistem em peças executadas quase sempre com materiais pesados, como o cimento, ou então são executados em aço, preso ao chão por meio de sistemas de parafusos. Por outro lado, na sua maioria são bancos corridos que apenas permitem “o sentar” no máximo duas pessoas, no entanto encontramos alguns exemplos (poucos, como o *Banco Naguisa*) cuja forma permite a assemblagem de vários módulos, tornando-se em bancos corridos aplicados apenas em grandes espaços devido ao seu comprimento. Em qualquer dos casos, a dimensão da segurança em relação ao furto, parece ser o critério determinante dos restantes fatores afetos à solução.

Através dos exemplos apresentados na análise da tabela 3, *concept design*, torna-se perceptível

PRODUTO	AUTORES / CIDADES	CRITÉRIOS CORRESPONDEM	MATERIAIS
<p>Banco Nigra Produção: Escofet</p> 	<p>Montse Peral e Marius Quintana / Barcelona</p>	<p>Portabilidade - não permite a mobilidade. Fácil utilização, no entanto apenas permite um modo de sentar e de estar. Não promove o social mas sim o individual.</p> <p>Memória – fixo ao local, no entanto em termos de memória, não se traduz, pois o tipo de materiais usados, não pertencem ao local.</p>	<p>Mármore preto/cinza/branco, polido; madeira de bolondo, madeira de pinho nórdico, tratado por pressão (FSC), ligado por parafusos;</p>
<p>Banco BdLove</p> 	<p>Ross Lovagrove / Barcelona</p>	<p>Fácil utilização, permite que várias pessoas se sentem ao mesmo tempo.</p> <p>Em termos de memória, é possível fixar, devido à sua forma ergonómica. Promove a troca de experiências.</p>	<p>Polietileno, 100% resistente à água. Processo de produção-rotomoldagem. Custo: €2.399</p>
<p>Linha Lotus Produção: Larus</p> 	<p>ImaginarQ / Portugal</p>	<p>Permite dois tipos de sentar, o que possibilita a interação.</p> <p>A nível de memória ou identidade, não é um objecto que fique na ideia. Fácil utilização.</p>	<p>Chapa de aço S275JR(LRA1) decapada, metalizada e pintada. Régua: madeira Tali, tratadas com verniz aquoso, acrílico, microporoso, tratamento raios UV Travamento em chapa de aço.</p>
<p>Banco Boa</p> 	<p>Alberto Llorian Fueyo / Valencia (Estação de alta velocidade "Joaquín Sorolla")</p>	<p>Este banco permite o intercâmbio, pela sua forma curva, e ainda vários tipos de sentar. Fácil utilização.</p>	<p>Estrutura em aço 8mm. Assento em 21 listas de polietileno de 800x80x30 mm</p>
<p>Banco Alfíl Estudio Cabeza</p> 	<p>Diana Cabeza</p>	<p>Traduz a memória do local, pelo facto de ser um objecto que lembra o sítio onde se amarram os barcos. Permite o descanso temporário, num percurso. A nível de intercâmbio, não o permite, é um objecto solitário de contemplação do espaço.</p>	<p>Consiste de um concreto pré-moldado com a cor adicionada.</p>
<p>Mungerannie Seat</p> 	<p>Greg Healey / Austrália</p>	<p>É um banco simples, fixo ao chão, não permitindo a mobilidade do mesmo. Dá apenas para duas pessoas no máximo.</p> <p>A nível de materiais não transmitem qualquer nível de memória.</p>	<p>Aço e madeira</p>

Tabela 2 – Produtos no mercado

Fonte: Elaboração própria, 2014

vel que as peças são, na sua maioria, disruptivas face ao existente. Nestes casos, é privilegiada a utilização de novos materiais, mais leves, de preferência recicláveis, que possibilita, não que a peça seja efémera, mas sim mais fácil de usar e de se adaptar ao meio onde está inserida. Encontramos exemplos, que são produzidos com materiais como tubos de drenagem, que envolvem o equipamento urbano já existente, como candeeiros, pilaretes, ou outros (como exemplo temos o caso da *Street Furniture*). Outros exemplos que

analisámos utilizam materiais leves, com formas modulares, estandardizadas, que se aplicam como um *puzzle* permitindo a criação de padrões variados, em função de/e transformando o local. Estes objetos analisados, por vezes não são objetos de sentar mas sim objetos de recostar durante um percurso (como exemplo, temos a peça *Leaming Molds*).

Outros casos foram analisados, sobressaindo a proposta de utilização de materiais leves e recicláveis, fáceis de aplicar, versáteis que se adap-




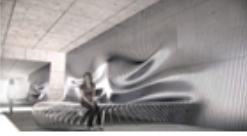


PROJECTO	AUTORES	MATERIAIS	PARA ONDE GUIAM
<p>Interference</p> 	Alexandre Moronno	Corte a laser, aço inoxidável dobrada e soldada, zinco galvanizado, acabamento em pintura epóxi.	Um banco urbano, com um exterior calmo e orgânico e um movimento, interior frenético, exposto. Um equilíbrio entre a ordem e a desordem, o movimento e a estabilidade.
<p>Urban Lounge</p> 	Patrick Vogel	A forma geral é criada por uma ilusão de óptica, feita de ripas de aço CNC-dobradas individualmente, cobrindo a fachada.	O conceito é o de gerar uma interpretação moderna de um banco ou uma cidade salão convencional, no coração de um novo bairro da cidade.  Utilizaram-se espaços urbanos existentes, para analisar a imagem de um local e contrapor as fachadas de concreto existentes, combinadas com um benefício específico. Todo o sistema cobre diferentes edifícios e transforma-os continuamente.
<p>Union bench</p> 	Jangir Maddadi	Feito de concreto e madeira, o banco também tem mais duas versões: a bancada da União para o interior - feita a partir de fibra de vidro e coberta com uma confortável almofada e do banco Yacht - assentos de teca inspirados nos decks dos iates.	Este banco versátil oferece algo muito importante para o transeunte - oferece a liberdade de escolha.  A Bancada União traz uma visão de 360° do ambiente, tornando-se a forma perfeita para admirar tudo ao seu redor.
<p>Urban Adapter</p> 	Rocker-Lange Architects	Madeira pre-fabricada digitalmente.	Esta proposta de projeto para um banco da cidade contemporânea procura entender o conceito de mobiliário urbano como um problema de concepção holística. Em vez de oferecer apenas um único desenho estático, este esquema sugere soluções diferentes que atendam a critérios específicos. O banco molda-se ao espaço, não o espaço ao banco.  O projeto "Adaptador Urbano" é baseado num modelo paramétrico digital. Na sua essência o modelo utiliza informações de dados programáticos para reagir e interagir com o meio ambiente.
<p>Utiliviti</p>	Piotr Zuraw Architekt	O material é madeira pre-fabricada formando secções transversais 80x30mm com curvas nas extremidades do corpo, que estão	O conceito é informal e flui para fornecer um sistema de assento perfeito para as pessoas.  Dependendo de como é que a pessoa

Tabela 3 – *concept design*

Fonte: Elaboração própria, 2014

tem ao meio envolvente, sem que este perca a sua identidade. Não obstante, estes E.U. apresentam uma desvantagem em relação aos primeiros, já que aparentam ser peças fáceis de furtar.

### Construção da Ferramenta I

Como resultado dos estudos de caso concluímos que nas cidades de Tóquio e Barcelona, ambas se distinguem da cidade de Lisboa, no que respei-

ta à aplicação do E.U.. As duas cidades abordam esta problemática de um ponto de vista muito diferenciado. Em Tóquio o E.U. tem um caráter muito cénico, aplicado apenas nos complexos privados, inseridos no centro da cidade, nomeadamente no centro de negócios, onde as empresas privadas imperam na compra dos espaços e fazem quer a sua construção quer a sua manutenção. O tipo de E.U. colocado nestes espaços atribui uma identidade própria a estes locais. No entanto na parte antiga da cidade, a parte históri-

ca, não se encontra qualquer tipo de equipamento devido à morfologia do espaço, caracterizado por ruas estreitas e exíguas. Sobressai, assim, na cidade de Tóquio a necessidade de criar novos espaços que os utentes possam usufruir.

Numa outra perspetiva, temos a cidade de Barcelona, que ao contrário de Tóquio, à medida que foi sendo remodelada e renovada, foi pensada, em torno, não só do espaço público mas também de quem o usufrui e da identidade da urbe. Esta ideia reflete-se no E.U. desenhado não só para colmatar as necessidades do espaço e do utente, bem como para constituir parte integrante da imagem da cidade.

Na cidade de Lisboa o uso de tabelas de análise dos E.U.'s, nos próprios percursos permitiu identificar o(s) problema(s) mais relevantes, tais como: a má colocação dos E.U.'s, E.U.'s como obstáculos; a inclusão dos E.U.'s nos percursos não criam percursos amigáveis; existe falta de manutenção destes equipamentos urbanos; pouca resistência dos E.U.'s ao vandalismo; falta de pontos de descanso durante os percursos; os equipamentos existentes não promovem a cultura e a identidade; os E.U.'s, na sua maioria, não são objetos versáteis (capazes de se adaptar) e a textura dos E.U.'s é não inclusiva.

Da análise de equipamentos de descanso existentes no atual mercado e de *concept design*, constatamos que relativamente aos equipamentos na sua maioria ou apresentam fatores de inclusividade ou então de identidade, mas nunca os dois em simultâneo. Por outro lado, as soluções analisadas no estudo de *concept design* revelaram-se viáveis a nível de materiais ecológicos, porém, falham na sua sustentabilidade no que respeita ao seu ciclo de vida, por serem efémeros, bem como em relação à segurança, por serem fáceis de furtar. Quer nos equipamentos de descanso no atual mercado, quer no estudo de *concept design* da mesma tipologia de equipamentos, as soluções de construção mais usadas são soluções modulares, reconfiguráveis e unitárias.

## Conclusões

Na análise funcional dos estudos de caso e na própria interpretação dos resultados, verificou-se ser necessário o entendimento dos conceitos de inclusividade e de identidade como fatores essenciais para a construção de equipamento urbano como parte integrante de uma cidade que se quer cada vez mais sustentável, uma cidade de todos para todos.

O presente estudo permitiu identificar que

nos percursos analisados se verifica alguma falta de sistematização na instalação e distribuição do E.U., assim como uma falha na incorporação de soluções que atendam aos fatores inclusividade e identidade da cidade. Assim, e tendo em linha de conta que a relação equilibrada entre cidade/objeto/utente/inclusividade é fulcral para o bom funcionamento da cidade enquanto lugar de todos e para todos, os resultados da investigação contribuíram para demonstrar a pertinência do estudo em curso. No referente em particular à cidade de Lisboa, verificou-se que as soluções observadas nos percursos teste, não estimulam a vivência no espaço público nem o seu uso e apropriação.

No cruzamento dos dados obtidos nos estudos de caso apercebemo-nos da necessidade da elaboração de uma ferramenta auxiliar (Ferramenta I) que permita numa primeira fase a avaliação dos requisitos de identidade e de inclusividade nos equipamentos urbanos já existentes.

Numa segunda fase da elaboração desta ferramenta pretende-se definir os critérios de projeto para a construção de um equipamento urbano com características de inclusividade e de identidade do local onde será aplicado, de um modo sustentável.

Para estudos futuros relacionados com esta temática, sugere-se a aplicação do processo metodológico adotado a outros contextos urbanos. A composição/construção da urbe passa pelo usufruto das cidades enquanto espaço de encontros, de vínculos sociais. Para que tal se proporcione de forma equilibrada, o E.U. deverá funcionar como mediador entre o utente e a cidade, enquanto objeto inclusivo, sustentável e identitário, contribuindo para uma cidade de todos para todos.

## Referências bibliográficas

- Almendra, R., (2010), *Decision Making in the Conceptual Phase of Design Processes: A Descriptive Study Contributing for the Strategic Adequacy and Overall Quality of Design Outcomes*, Tese Doutoramento, Faculdade de Arquitetura da Universidade Técnica de Lisboa.
- Balibrea, M. (2004), *Urbanism, Culture and the post-industrial city:Challenging the "Barcelona Model"*, in Tim Marshall (ed.), *Transforming Barcelona*, Londres: Routledge, pp. 205-224.
- Caballero, J.; Tsukamoto, Y., (2007), *Tokyo Public Space Networks at the Intersection of the Commercial and the Domestic Realms (Part II)*, *Study on Urban Content Space. Journal of*

*Asian Architecture and Building Engineering*, vol.6, n.º.1, pp. 143-150.

- Câmara Municipal de Lisboa, (1991), *Regulamento Geral de Mobiliário Urbano e Ocupação da Via Pública*. Edital N.º101/91, Câmara Municipal de Lisboa.

- Cardoso, Augusto Pinto (1988 1952)], *Cadeiras/ texto e notas descritivas*, Lisboa: Livraria A Nova Eclética, Livraria Olisipo,

- Dettori, S., (2014), *O projecto urbano estratégico na revitalização da cidade - Perspectivas futuras para o desenvolvimento sustentável da cidade de Cascais*. Tese de Mestrado, Faculdade de Arquitectura da Universidade de Lisboa.

- Gamito, M., (2012), *Cor no mobiliário urbano: um factor de inclusividade, orientação e identificação*. Tese de Doutoramento, Faculdade de Arquitectura da Universidade Técnica de Lisboa.

- Garcia, A., (2015)., *Cidade, arquitectura e espaço cénico : Guimarães 2012 : um modelo conceptual*, Tese de Doutoramento, Faculdade de Arquitectura da Universidade de Lisboa.

- Guerreiro, R., (2013). *Branding urbano. A revitalização urbana na construção da identidade da cidade*. Tese de Mestrado, Faculdade de Arquitectura da Universidade Técnica de Lisboa.

- Ito, T., (2006), *Arquitectura de limites difusos*, Barcelona: Gustavo Gili-

- Jacobs, J., (1962), *The death and life of great American cities*, Middlesex: Penguin Books.

- Jáuregui, J., (1997), *Cingapura Bangcoc Hong Kong Tóquio*. Artigo. *Espaço e Crítica, Metrópole, Urbanização*. Edição 73 – Agosto, Disponível em: :<http://au.pini.com.br/arquitetura-urbanismo/73/cingapura-bangcoc-hong-kong-toquio-24052-1.aspx>. Acesso: Junho 2014.

- Lynch, K., (1982)., *A imagem da cidade*, Lisboa: Edições 70.

- Mourthé, C., (1998), *Mobiliário urbano em diferentes cidades brasileiras: um estudo comparativo*, Dissertação (Mestrado em Arquitectura e Urbanismo), Faculdade de Arquitectura e Urbanismo, Universidade de São Paulo.

- Pinto, A., (1998), *Cadeiras Portuguesas*, Lisboa: Livraria Nova Ecletica.

- Queirós, M., (2010), *Barcelona cidade dos projetos ou projetos da cidade?*. Finisterra, Volume 45 (n.º 90). pp.7-32,

- Remesar et al., (2005), *Do Projeto ao Objeto. Manual de Boas Práticas de Mobiliário Urbano em Centros Históricos*, Lisboa: Centro Português de Design.

- Secca Ruivo, I., (2008), *Design para o futuro. O indivíduo entre o artifício e a natureza*, Tese de doutoramento, Universidade de Aveiro.

- Serdoura, F. (2007), *As Dimensões do Espaço Urbano Público*, Artitextos 05, pp.149-156.

- Shorten, J., (1993). *Environmentalism and Sustainable Development*, in *Contemporary Planning Practice. Reading: School of Planning Studies*, University of Reading.

- Sorensen, A., (2001), “Major Issues of Land Management for Sustainable Urban Regions in Japan”, Workshop internacional New Approaches to Land Management for Sustainable Urban Regions Department of Urban Engineering. 29-31 Outubro 2001, Universidade de Tóquio, pp.1-26.

- Stefano, D., (2014), *Projeto urbano estratégico na revitalização da cidade*, Dissertação de Mestrado, Faculdade de Arquitectura da Universidade de Lisboa.

# A consciência do tempo no lugar<sup>17</sup>

*The awareness of time in place*

Vera Sanches Osório<sup>18</sup>

## Resumo

Na concepção de arquitetura o «lugar» apresenta-se como o elemento primário, ou seja, como a base para o verdadeiro sentido no ato de construir. O tempo, elemento presente em qualquer espaço, pode ser encarado como um elemento relevante, que oferece características específicas a cada terreno, quer este esteja «vazio», com construção ou até mesmo repleto de várias presenças, quer sejam elas naturais ou não.

Projetar no lugar, tendo noção da sua especificidade, torna a concepção arquitectónica em plena concordância com o contexto, prevalecendo assim a identidade do «locus».

## Palavras-Chave

Espaço, Lugar, Tempo

## Abstract

In architectural design the «place» presents itself as the primary element, as the foundation for true meaning in the act of building. Time, as the element present in any area, may be regarded as a relevant, because it offers specific characteristics for each field, whether it is «empty», with the construction or even filled with various appearances, natural or not.

Design in the place, having a sense of its specificity, makes architectural design in full accordance with the context, prevailing, thus, the identity of the «locus».

## Keywords

Space, Place, Time

## Introdução

A noção de «lugar» e de «espaço» tem sido alvo de discussão ao longo dos tempos, tanto na escrita como na concretização de obras, construções, modelações do terreno, entre outras abordagens.

O Homem procura, desde sempre, o seu «espaço», ou o seu «lugar»? O abrigo, a construção primitiva, a casa, os espaços sagrados, correspondem a espaços ou a lugares?

A presente reflexão inicia-se com uma breve distinção entre estas duas noções, «espaço» e «lugar», referindo diversos autores que se dedicaram à compreensão desta problemática.

Dentro da ideia de lugar, a dimensão temporal representa um papel relevante. É através do «tempo», da sobreposição de tempos, que se encontram pistas que ajudam o Homem a interagir com o lugar. A procura pela «essência» do lugar defendida por Norberg-Schulz (1979) ajuda a interligar as várias dimensões nele presente, de modo a compreender como se pode projetar no lugar e com o lugar.

Assim sendo, este processo torna-se imperativo para os procedimentos iniciais de um projeto de arquitetura, o entendimento do denomina-

do «terreno de projeto», o «contexto», podendo este ser a base para a abordagem arquitectónica.

Esta reflexão termina com a das premissas do processo criativo de um projeto de arquitetura da autoria de Carlos Lameiro (1989) referente à valorização da Igreja de Santa Clara-a-Velha, em Coimbra. Aqui, o «lugar» e o «tempo», desempenham, na concepção, papéis principais.

## 1. O Lugar

Fazendo uma breve viagem por algumas teorias provindas de várias áreas disciplinares como a matemática, a filosofia, a antropologia e a arquitetura, apesar de muitos utilizarem as palavras «espaço» e «lugar» para o mesmo significado, consegue-se entender em qual dos conceitos se inserem (*spatium* ou *raum*). Existe uma relação curiosa entre a ideia de *spatium* mais presente no sul da Europa e o conceito de *raum* que se encontra com mais recorrência no norte da Europa.

Parecendo a noção de «espaço» semelhante à ideia de «lugar», estas duas palavras, usadas frequentemente com o mesmo significado, podem corresponder a noções distintas, certamente in-

<sup>17</sup> Texto revisto pela autora a partir do artigo realizado no âmbito da unidade curricular de Seminários de Investigação do plano de estudos do último ano do curso de Arquitetura da Faculdade de Arquitetura da Universidade de Lisboa, sob orientação do Professor Associado Carlos Lameiro. O mesmo se integra na temática do Trabalho Final de Mestrado que está a ser presentemente desenvolvido (2015/2016). E-mail: verasosorio@gmail.com

<sup>18</sup> Frequenta o Mestrado Integrado em Arquitetura na Faculdade de Arquitetura da Universidade de Lisboa.

fluenciadas pela cultura. O «espaço», derivado da palavra latina *spatium* é entendido essencialmente como um conceito racional e abstrato, associado à extensão, às três dimensões, ao limite. Neste prevalece a noção geométrica, em que a ideia de lugar é universal. A *spatium* associa-se «dimensão visual» tão presente na tradição renascentista através do uso da perspectiva.

Em contrapartida, o «lugar», derivado da antiga palavra germânica *raum* encontra-se relacionado com o Homem, com as suas limitações e pensamentos, onde “é entendido como uma entidade material, determinada e com limites precisos” (Lameiro, 2011, p. 1), em que predomina o «habitar»<sup>19</sup>. Este lugar é apropriado pelo Homem em todas as suas valências, levando, no limite, à capacidade de o tocar, como se este transmitisse sensações de tal forma significativas que crie no indivíduo a vontade de fazer parte dele. Ao contrário da ideia de espaço, o lugar é particular, que se releva através da “experiência direta do ambiente” (Lameiro, 2011, p. 6).

No fundo, «espaço» apresenta-se como “uma condição ideal, teórica genérica e indefinida” enquanto «lugar» tem “(...) um carácter concreto, empírico, existencial, articulado, definido até aos detalhes”<sup>20</sup> (Montaner, 1998, p. 32).

Deste modo, para a noção de «*spatium*», as teorias realistas centram-se na ideia geométrica do possível significado da palavra, muitas vezes associando a matemática e a física. Segundo a Escola de Pitágoras, o espaço é “o vazio infinito que limita a esfera do cosmos” (Alves, 1989, p. 207). Para Platão, este elemento é considerado a matriz universal, o «princípio do ser», que recebe “as formas ideais dos corpos” (Alves, 1989, p. 207).

A percepção do espaço como lugar inicia-se na teoria do lugar - «Topos» - de Aristóteles, em que este, apesar de se basear na teoria de Platão, oferece-lhe uma dimensão diferente ao lhe associar um limite, contrapondo com as ideias anteriores de espaço abstracto e ilimitado. (Pires, 2008, p. 91-92). O espaço é a “matéria-prima”, intervalo corporal que pode ser ocupado por vários corpos físicos e que, em conjunto, criam um lugar, neste caso denominado de espaço (Muntañola, 1996, p. 20). Para Aristóteles, citado por Montaner (1998, p. 30-31), “o lugar é algo distinto dos corpos e todo o corpo sensível está num lugar (...) O lugar de uma coisa é a sua forma e limite.”<sup>21</sup>

Bachelard compreende o espaço através da geometria, do limite e do que este contém. Para o filósofo francês do século XIX, citado por Muntañola (1996, p.26) “o lugar aparece assim como

a primeira qualidade existencial, qualidade por onde o estudo deve começar e acabar.”<sup>22</sup>

Nas teorias idealistas, Kant associa o espaço, pertencente ao indivíduo, representa-se como uma «forma pura a priori dos sentidos externos» (Alves, 1989, p. 208).

Na área da etnologia e antropologia, o «lugar», denominado por «lugar antropológico» por Augé (2005, p. 46), é essencialmente, “o princípio de sentido para os que o habitam e princípio de inteligibilidade para aquele que o observa”. É no lugar que os indígenas habitam, trabalham e se apropriam dos seus pontos fortes. O etnólogo encontra a ordem através da organização desse mesmo lugar (Augé, 2005, p.40).

Para Augé (2005, pp.47- 48), os lugares antropológicos apresentam três características comuns: a «identidade», as «relações» e a «história». Com estes três elementos o autor caracteriza o lugar como a relação que o indivíduo tem consigo próprio (identidade) e com os outros (relações). Afirma ainda que o lugar antropológico é “(...) histórico na medida exacta em que escapa à história como ciência”, sendo um lugar erigido por antepassados, onde “(...) o habitante do lugar antropológico vive na história, não faz história” (Augé, 2005, p.48).

Neste sentido, é de realçar que muitos são os autores que se preocupam com a distinção entre «espaço» e «lugar», estando entre eles Hegel, Heidegger e Bollnow. Hegel defende que “o lugar só é espaço quando é tempo, e só é tempo quando é espaço”<sup>23</sup> (Muntañola, 1996, p. 24). O filósofo alemão entende o espaço como uma “exterioridade imediata e indiferenciada da natureza” (Alves, 1989, p. 208), algo universal, que relacionado com a noção de «tempo» através da «matéria» origina o «lugar». Por sua vez, o «movimento» dará forma ao lugar, através da relação «espaço-matéria-tempo».

Segundo Heidegger (2002, p. 137) o lugar é «a coisa» que permite a existência e a circunstância da simplicidade, denominada pelo filósofo de «quadratura», entendida pelo céu, terra, divino e mortais<sup>24</sup>, onde o lugar permite a existência da quadratura, edificando-a. É ao lugar que o Homem pertence uma vez que “a referência do homem aos lugares e através dos lugares aos espaços repousa no habitar”.

É de salientar ainda que para Heidegger o que caracteriza a arquitetura é a «ordem». A articulação com base na ordem oferece ao lugar uma identidade específica (Rivas, 1992, p. 38). Para o filósofo não existe a «representação». Quando se pensa num lugar, entramos nele e não na sua

<sup>19</sup> Para Heidegger (2002, p.128), “habitar é o modo como os mortais são e estão sobre a terra.” O filósofo afirma «sobre» porque habitar tem inerente a noção de «resguardo» e «proteção», onde o Homem experiencia a liberdade e a harmonia.

<sup>20, 21, 22, 23</sup> Tradução livre do autor.

<sup>24</sup> Como terra entende-se o que dá frutos, o sustento da dedicação. O céu corresponde aos acontecimentos naturais como o percurso do sol. Os deuses são os «mensageiros que acenam a divindade», enquanto os mortais são os Homens.

representação, uma vez que quando pensamos, pensamos na «essência do lugar».

Bollnow, discípulo de Heidegger, “liga a explicação do espaço à sua pertença ao mundo do quotidiano recolhido na sua linguagem” (Pires, 2008, p.94 a 99). O espaço, neste caso com a interpretação do conceito *raum*, tem a sua própria identidade e é o homem que, ao mover-se, o modifica. Para Bollnow, habitar significa, em primeiro lugar, “estar enraizado” no lugar, procurando a pertença a um determinado lugar. Em segundo lugar, habitar pressupõe um espaço próprio onde o Homem consiga se abrigar. (Rivas, 1992, p.26).

Assim sendo, o lugar reúne vários mundos como cultura, tempo, história, conseguindo ser uma forma para adquirir conhecimento, uma vez que alberga o passado, presente e futuro.

Neste contexto específico, torna-se pertinente referenciar Noberg-Schulz e Aldo Rossi que analisam a noção de lugar, abordando os conceitos «*genius loci*» e «*locus*».

Para Norberg-Schulz (1979, p. 6) “lugar é evidentemente uma parte integral da existência”<sup>25</sup>, podendo este ser dotado do «*genius loci*», antigo conceito romano que corresponde ao espírito do lugar, em que os antigos associavam ao lugar características humanas que lhe ofereciam a sua «essência». O verdadeiro sentido é dado pelo que é próprio, individual, havendo um sistema de relações que determinam o que permanece.

Sendo um lugar algo humanizado, Norberg-Schulz acredita que é através da cultura que o Homem se relaciona com a realidade. Para entender o «*genius loci*», o autor destaca a relação entre três conceitos: a «identidade», como elemento de articulação de cada lugar, a «História», como consciência das mudanças no ambiente e na envolvente e a «tradição», como elemento que liga os dois conceitos anteriores (Rivas, 1992, p. 115).

Para Aldo Rossi o valor do lugar – do «*locus*» – corresponde à “relação singular e no entanto universal que existe entre uma certa situação local e as construções que estão naquele lugar” (Rossi, 1977, p. 139) onde o lugar é “determinado pelo facto espaço e pelo tempo, pela sua dimensão topográfica e pela sua forma, por ser sede de vicissitudes antigas e novas, pela sua memória” (Rossi, 1977, p. 143).

Dentro da história das várias culturas, pode-se assumir que desde sempre que o Homem procura este lugar, para a implantação da sua presença. As marcas do «habitar» podem ir desde obeliscos, menires, templos, praças, até às construções da contemporaneidade. A escolha do lugar foi sempre governada pelo seu significado,

pelo seu «*genius loci*», dando aos lugares valores divinos e únicos, que prevaleciam perante outros sítios. É neste «*locus*» que, a um espaço indiferenciado, se oferecem qualidades indispensáveis para a compreensão de uma organização urbana específica. Exemplo disso é o Forum Romano, descrito na obra *A Arquitetura da Cidade* (1977), em que Aldo Rossi faz uma descrição deste lugar como algo propício ao encontro dos homens. Apesar de a sua função sofrer mutações ao longo do tempo, a «ideia», o «uso essencial» de reunião mantém-se, existindo assim o «*locus*».

Já Muntañola (1996, p. 24) argumenta que, na cultura ocidental, “o lugar é cada dia mais e mais uma ‘cobertura’ em que os corpos se colocam sobre si mesmos”<sup>26</sup>. Para o arquiteto catalão, a «cobertura» é a junção de novas correspondências entre falar e habitar, sendo também o símbolo da relação entre o espaço e o tempo de acordo com uma ordem socio física. Esta «cobertura» apresenta a forma do equilíbrio entre o que é conceptual e o que é figurativo, conseguindo assim transmitir limites para que o «ser» se possa ou não identificar. Assim sendo, o lugar é humanizado, ligando as questões socio físicas com as emoções.

De acordo com Montaner (1998, p. 38) o lugar relaciona-se com a ideia de percepção e experiência do corpo humano, distinguindo-se do espaço pela «experiência». Para este autor, nas últimas décadas a ideia de lugar tem-se vindo a modificar. Numa pequena escala, o lugar é entendido como “uma qualidade de espaço interior que se materializa na forma, na textura, na cor, na luz natural, nos objetos e nos valores simbólicos.”<sup>27</sup> Em grande escala associa-se ao conceito «*genius loci*».

## 2. O Lugar – Projetar com o Tempo

Pensar num «lugar», associando a dimensão humana, pressupõe também “um conteúdo cultural específico com relação particular com a História” (Pires, 2008, p. 95). O «lugar» pode ser então formado pela junção da dimensão humana com a dimensão temporal, onde arquitetar um lugar passará pela percepção da sua «essência».

No fundo, projetar num lugar implica que haja uma relação direta entre a Arquitetura e a paisagem, reconhecendo a presença do passado, criando um presente em conformidade com as necessidades do lugar, nunca esquecendo o futuro que se poderá vir a desenvolver. Estando o «lugar» diretamente relacionado com o «ser», este ganha, através do tempo, a sua própria vida

e, conseqüentemente, várias camadas, tanto pontuais como intemporais, todas importantes para a estruturação da sua identidade.

Segundo Norberg-Schulz (1979, p. 23) “o ato base da arquitetura é entender a ‘vocalização’ do lugar”<sup>28</sup>. No fundo, no início de um projeto de arquitetura é o lugar, o terreno, quem representa o papel principal. O Homem quando representa a sua individualidade num dado ambiente não cria o seu próprio pensamento, mas sim a mistura da essência do lugar com a interpretação individual do lugar, conseguindo assim apropriar-se dele. Neste processo “nada eliminará a essência dos lugares, somente podemos prolongá-los, dar-lhes continuidade no sentido da História” (Fernandes, 2001, p. 13).

O papel da arquitetura encontra-se relevante na (re)criação de lugares, seguindo a vontade de originar o «habitar», podendo criar verdadeiros «locus», contendo o «*genius loci*». Pensar em arquitetura implica trabalhar sob uma «vida», pensando nos ambientes como um “contexto relevando a natureza através da modificação, medida e utilização da paisagem” (Vasconcelos, 2001, p. 42).

O lugar como ponto eleito para o projeto deve ser encarado como um “contexto estabilizado da paisagem construída, (...) como meio de transmissão às épocas seguintes, da forma e das opções que caracterizam momentos passados” (Oliveira, 1999, p. 141). Para Oliveira (1999, pp. 141-142), através da «memória» o lugar consegue conter a noção de «tempo», sendo esta uma estrutura essencial para a interação entre passado, presente e futuro. A memória é um «colector», conseguindo reunir histórias e mitos presentes no lugar, assim como um «produtor», em que junta a permanência, a continuidade e a tradição, com a inovação e a criação de novos modelos, quer estes sejam representados sob aspetos formais ou sob novos modos de realizar o «habitar».

Para Siza (2009, p. 317), projetar corresponde a “(...) uma grande viagem em espiral sem princípio nem fim”, onde se consegue estar em simultâneo dentro e fora do lugar. Inicialmente é essencial “olhar o sítio” onde “nessa progressiva visualização (leitura), (...) se vai estruturando o quase nada tão importante para além do pré-existente” (Siza, 2009, pp. 12-13), conseguindo assim a busca pela essência do lugar.

Assim sendo, as pré-existências, entendidas como os elementos físicos ou presentes na memória, ajudarão a configurar a essência de cada lugar. As estratégias de leitura do lugar podem ser várias, desde o desenho, a leitura de romances, até à compilação das várias memórias locais descritas em livros regionais. Todos estes gestos

“(...) estão carregados de história, de inconsciente memória, de incalculável anónima sabedoria” (Siza, 2009, p. 37).

Neste seguimento, para Pires (2008, p. 128), a Arquitetura deve permitir a “continuidade com o que a tradição de cada lugar configurou no desenrolar da sua história particular”. É na relação entre o «lugar» e a Arquitetura que se cria “um complexo de experiências caracterizantes do espaço de vida do Homem.”

A procura pela tradição e pelas características de cada lugar é visível nos trabalhos de alguns arquitetos do Movimento Moderno que, cientes das insuficiências da tecnologia, procuraram referências culturais que oferecessem um sentido à construção num dado local, respeitando os seus valores. Alguns exemplos destes arquitetos são Frank Lloyd Wright e Alvar Aalto pois relacionam “a obra com a envolvente natural, moldando o espaço ao programa e utilizando materiais tradicionais” (Montaner, 1998, p. 34).

### 3. Da Teoria à Prática

*“A consciência do tempo tende a perverter-se na contemplação da ruína, no entendimento desde lugar, no contexto vertiginoso das mutações contemporâneas, como fragmento arqueológico, derradeiro representante da sua espécie.”* (Lameiro, 1989, p. 1)

Sendo o lugar uma sobreposição do passado, presente e futuro, aponta-se como exemplo neste artigo o projeto do arquiteto Carlos Lameiro para a valorização da Igreja de Santa Clara-a-Velha, em Coimbra<sup>29</sup>. Iremos fazer uma breve incursão que nos permitirá entender o «porquê» de compreender o «lugar» como princípio do projeto de arquitetura, como «contexto». O projeto torna-se um complemento e um contributo à passagem do «tempo» no «lugar».

Neste projeto é apresentada a ideia da fusão dos vários tempos, em que segundo o arquiteto Carlos Lameiro (1989, p. 1) “da História, o lugar é palco único, embora nele se representem apenas partes, fragmentos e vestígios de cada história”. São estes os elementos essenciais para o entendimento do lugar e mote para o início da intervenção. Não se procura uma unificação do espaço, uma vez que este se apresentava descontinuo devido à sua génese rural. Invés à universalidade, o desejo pelo equilíbrio dos elementos oferece a devida harmonia ao lugar, reunindo a paisagem, as pré-existências e a construção nova.

A igreja, o museu-laboratório, os vestígios arqueológicos, a plataforma, os caminhos rurais,

<sup>28</sup> Tradução livre do autor.

<sup>29</sup> O projeto corresponde a um concurso de ideias de carácter público, realizado em 1989, tendo este alcançado o 3º Prémio.

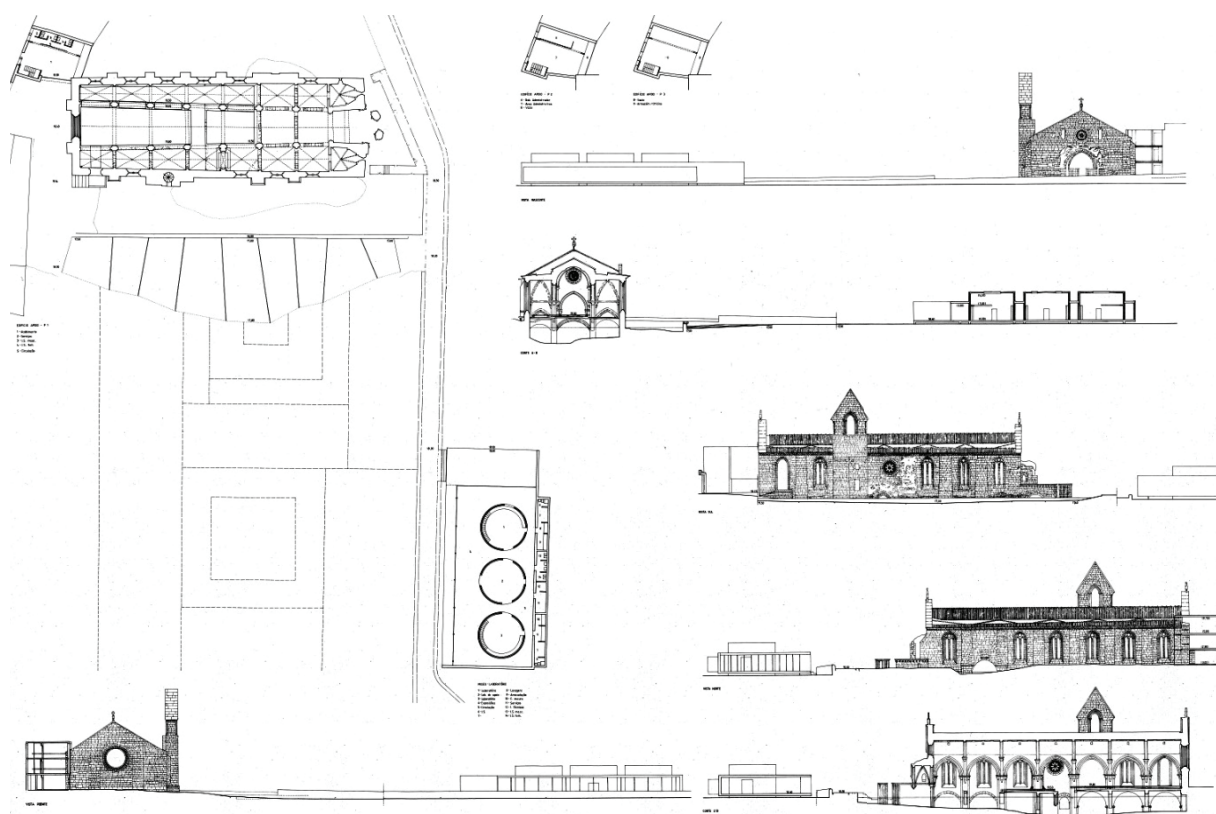


Figura 1- Painel de apresentação do concurso de ideias para a valorização da Igreja de Santa Clara-a-Velha, Coimbra, Arquitecto Carlos Lameiro, 1989. Elementos de escala mais aproximada do projeto. Vistas de integração da pré-existência, a igreja, com a construção nova, o museu-laboratório. Planta de arquitetura, onde se compreende as relações entre os vários elementos (charco, igreja, plataforma, adro, museu-laboratório)

Fonte: Lameiro, 2015, p. 28

o adro, o charco e a envolvente apresentam-se como os componentes da proposta. A Igreja apresenta-se como a primeira memória, cheia de tradições e transformações que os modelos culturais assim exigiam, onde “os elementos confirmam o entendimento desse lugar iniciando como um todo a ideia do projecto” (Lameiro, 1989, p. 1). O museu-laboratório, localizado junto ao caminho rural e de frente para os vestígios arqueológicos, representa a memória do presente, aquela que dará contemporaneidade ao lugar.

Os vestígios arqueológicos, descobertos durante a sua realização, são respeitados, representando um elemento que reforça o significado do lugar, onde se verifica a sobreposição dos tempos. Junto a estes cria-se uma plataforma que assegura a ligação entre o caminho rural e a cidade, permitindo um lugar de contemplação da igreja e da paisagem.

A água, elemento representado pelo charco, apresenta-se com especial destaque. Situado entre a igreja e a plataforma, o charco enche-se de

vida ao espelhar a igreja, representando ainda, ele próprio, um elemento em constante mutação.

Pode-se ainda afirmar que a construção nova – o museu-laboratório - acaba por conseguir interligar e dar a devida significância ao lugar, conseguindo uni-lo e transmitindo aos utilizadores a sua verdadeira essência, sendo “receptáculo da história que passou, lugar de produção de um futuro a partir dessa história” (Lameiro, 1989, p. 2). É no «antigo», na igreja, que se expõe o trabalho realizado no «novo», no laboratório e é no «novo» que se expõem vestígios do «antigo».

### Notas conclusivas

A distinção objetiva do que é «espaço» e do que é «lugar», debatida por diversos autores, evidencia a preocupação que o Ser Humano tem em compreender o que o rodeia e o que lhe pertence, permitindo-se assim, encontrar o modo como habita verdadeiramente.



O lugar, *raum* afigura-se como um momento empírico e concreto, este alberga três dimensões: a «espacial», desenvolvida pelo conceito *spatium*, a «humana», em que a experiência dota o lugar da sua verdadeira essência e a «temporal» e onde o lugar se apresenta como uma sobreposição de acontecimentos.

No início do processo de «projetar com o lugar» as suas características, que agregam vários «tempos», sugerem orientações para que a obra arquitetónica se desenvolva de acordo com o contexto. São as pré-existências, as histórias, os mitos e até as vizinhanças que oferecem ao arquiteto o preenchimento da folha em branco no início da criação. É através da observação e da compreensão destes elementos e dos seus significados que o arquiteto consegue «agarrar» o lugar, repensando-o sem que este perca a sua identidade. No fundo, projetar no lugar implica (re)projetar a essência desse mesmo lugar.

### Referências bibliográficas

- Alves, V. (1989), “Espaço” in AA.VV. Logos: Enciclopédia Luso-Brasileira de Filosofia, Volume 2, Lisboa: Editorial Verbo, pp. 207-211.
- Augé, M. (2005), *Não-Lugares: Introdução a uma antropologia da sobremodernidade*, Lisboa: 90 Graus Editora.
- Fernandes, A. (2001), “Sentidos” in AA.VV. *Sebentas d’Arquitectura*, nº3, Lisboa, Universidade Lusíada Editora, pp. 11-14.
- Heidegger, M. (2002), “Construir, Habitar, Pensar”, in *Ensaios e Conferências*, Petrópolis: Editora Vozes, pp. 125-142.
- Lameiro, C. (2011), *Aula 13 – Espaço*, Aula de Laboratório de Projecto 2, disponibilizado à turma pelo docente em suporte pdf.
- Lameiro, C. (1989), *Memória Descritiva do Concurso de Ideias para a Valorização da Igreja de Santa Clara-a-Velha, Coimbra*, disponibilizado à turma pelo docente em suporte pdf.
- Lameiro, C. (2015), *O LADO das Ideias e o LADO dos Desenhos nos Projectos do Património*, Aula de Seminário de Apoio ao Projecto Final, disponibilizado à turma pelo docente em suporte pdf.
- Montaner, J. (1998), *La modernidade superada – Arquitectura, arte y pensamiento del siglo XX*, Barcelona: Editorial Gustavo Gili.
- Muntañola, J. (1996), *La arquitectura como lugar*, Barcelona: Universidad Politècnica de Catalunya.
- Norberg-Schulz, C. (1979), *Genius Loci: Towards a Phenomenology of Architecture*, New York: Rizzoli.
- Oliveira, M. (1999), “A re(visão) da memória na cidade destruída. Síntese crítica sobre o plano de intervenção actual”, *Revista de História, Estética e Fenomenologia da Arquitectura e do Urbanismo*, Lisboa: Grupo de Estudos de História de Arquitectura, pp. 141-148.
- Pires, A. (2008), *Vilegiatura e Lugar na Arquitectura Portuguesa*, Tese de Doutoramento em Arquitectura, Faculdade de Arquitectura da Universidade Técnica de Lisboa,
- Rivas, J. (1992), *El espacio como lugar: sobre la naturaleza de la forma urbana*, Valladolid: Secretariado de Publicaciones.
- Rossi, A. (1977), *A Arquitectura da Cidade*, Lisboa, Edições Cosmos.
- Siza, A. (2009), *Textos 01 – Álvaro Siza*, Porto: Civilização Editora.
- Vasconcelos, J. (2001), “Do sítio ao lugar” in AA.VV. *Sebentas d’Arquitectura*, nº3, Lisboa: Universidade Lusíada Editora, pp. 39-45.

# Habitar a Ruína

*Inhabit the Ruin*

Ana Damenti<sup>30</sup>

## Resumo

O presente artigo procura identificar e compreender situações onde a ruína se revela pretexto significativo para suportar a apropriação habitável — seja através da sua capacidade para despertar os sentidos, da sua possibilidade nostálgica e evocativa, ou como pretexto para o encontro com outro, mediado por memórias partilháveis.

Tendo como referência uma das ruínas mais marcantes de Portugal — a Fortaleza de Juromenha, tentar-se-á desvendar os fundamentos que motivam o ser humano a procurar reabilitá-las, com base na evolução do pensamento filosófico e arquitetónico perante as ruínas entre os séculos XVIII e XXI.

## Palavras-chave

ruína; tempo; memória

## Abstract

This article intends to identify and understand the situations where the ruin reveals a significant pretext to support the inhabiting — either through its evocative and nostalgic possibility or as an excuse for the meeting with the others, mediated by shared memories. Having as a reference one of the most memorable ruins in Portugal — Fortaleza de Juromenha, we seek to reveal the fundamentals that motivate the human being to rehabilitate them, based on the evolution of philosophical and architectural thoughts toward the ruins between the 18th and 21st centuries.

## Keywords

ruin; time; memory.

## Introdução

O nosso quotidiano está repleto de ruínas românticas e modernas, reais e imaginadas, pitorescas e melancólicas. Se pudéssemos retratar a ruína de uma forma objetiva, descobriríamos em todas um fim comum — a resultante física degradada pela ação do tempo.

Porém, no plano simbólico, e de acordo com a significação veiculada pelos dicionários específicos, encontraremos a ruína associada às ideias de agonia, morte, desolação e esquecimento, ou em correlação com a noite e as sombras (Cirlot, 1981). Essas existências resistentes, degradadas à passagem do tempo, existem saturadas de passado — e por isso evocam toda a sorte de pensamentos mais ou menos crepusculares. Mas, na combinatória complexa entre uma realidade física objetiva e a possibilidade de simbolização popular ou erudita constituída a partir desse facto, como garantimos a sobrevivência da ruína perante a sua reabilitação arquitetónica?

Através do texto aqui apresentado, pretende-se discutir a fundamentação teórica construída

à volta da ruína (na vizinhança da arquitetura), um pensamento com base na perceção desse objeto aparentemente terminal que vem evoluindo ao longo da história, tomando como caso de estudo a Fortaleza de Juromenha<sup>31</sup> — um artefacto em ruínas no interior alentejano.

### 1. A evolução do pensamento perante a ruína entre os séculos XVIII e XXI

Desde do fascínio à melancolia, as ruínas estão, assim como outrora estiveram associadas ao Homem e, tal como a própria arte de edificar, traduzem o culminar de um jogo, que se estabelece entre a apropriação (e eventual destruição) pelo homem e a passagem do tempo. Ainda assim, o olhar direcionado à ruína nem sempre foi constante, suportando discursos interpretativos divergentes, ou associados ao seu desprezo ou à sua valorização, que resultava dos pensamentos e atitudes que prevaleciam em cada época ou contexto.

<sup>30</sup> Mestre em Arquitetura pela Faculdade de Arquitetura da Universidade de Lisboa. E-mail: anadamenti@gmail.com

<sup>31</sup> Local de intervenção no âmbito do Trabalho Final do Mestrado em Arquitetura — O Imaginário do Lugar, apresentado na Faculdade de Arquitetura da Universidade de Lisboa em 2015.

Mesmo que a existência física das ruínas apareça registada desde os primórdios, a sua valorização histórica e estética começa a surgir no decorrer do séc. XVIII, potenciada pela ênfase que então estas colhiam nas áreas da literatura e da pintura (Saldanha, 1993).

Primeiramente desprezada ao abrigo da moralidade cristã, depois resgatada culturalmente no classicismo, a ruína passa a ter uma conotação estimulável, passando progressivamente a valorizar-se como catalisador de conhecimento e de emoções no século das luzes, até que se elevaria à condição de símbolo relacional, para o confronto épico entre o Homem e a Natureza (Saldanha, 1993).

Considerando como antecedentes algumas dimensões do ‘ruinismo pitoresco’ (Ruskin, 1921), de Sebastiano Ricci às gravuras de Pannini, iremos encontrar na *veduta di fantasia* de Giovanni Battista Piranesi, arquiteto italiano do séc. XVIII, a sua maior valorização arquitetónica (Saldanha, 1993). De facto, o fascínio por vertentes distintas da ruína revela-se desde o seu primeiro trabalho em 1743 – *Prima Parte di Architetture e Prospettive* – onde as gravuras celebram nas ruínas imaginárias um alcance que se distende muito além do mero objeto de contemplação (Dubin e Robert, 2010). Apresenta-se num primeiro plano perante a paisagem, surgindo como elemento principal da peça onde interpreta o presente e projeta o futuro. Símbolo da imortalidade das instituições e dos homens, a ruína em Piranesi é encarada como obra da ação da natureza e não como obra de arte, ou seja, não como obra do homem.

A partir dos anos vinte do século XIX e sustentada pelos escritos de von Görres (1821), no seu livro *Europa und die Revolution*, Schinkel (1828), no seu livro *Sammlung architektonischer Entwürfe*, e Viollet-le-Duc (1856), no seu livro *Dictionnaire Raisoné de l'Architecture Française du XI au XVI Siècle*; expande-se a vontade do restauro e da reconstrução (Saldanha, 1993). A ruína passa portanto a representar o próprio lugar onde as tensões históricas se resolvem, e passa por isso a traduzir a ansiedade do tempo presente, impondo-se como objeto contemporâneo a recuperar.

Através da teoria da preservação do património histórico, Eugène Viollet-le-Duc incentiva o restauro das ruínas, não apenas com o intuito da sua preservação, mas com o objetivo de cumprir os requisitos de uma perfeição idealizada. A ruína viria a ser encarada como construção ideal que denota uma verdade passada (ainda que imaginária), deixando para trás o carácter funcional da arquitectura.

“O lead me, queen sublime, to solemn glooms Congenial with my soul; to cheerless shades, To ruin'd seats, to twilight cells and bow'rs, Where thoughtful Melancholy loves to muse.” (Warton, 1956, p. 717)

Perante um jogo cénico e de imaginação, as ruínas passam também a ser objeto de estimulação de sensações do espetador, baseadas numa função meramente estética onde poetas como Pope (1709), em *An Essay on Criticism*, Dyer (1740), em *Ruins of Rome*, Warton (1745), em *The Pleasures of Melancholy*, Gessner (1756), em *Idyllen* ou von Kleist (1810) *Das Bettelweib von Locarno* retratam as ruínas como elemento de equilíbrio entre a natureza e a cultura, dando a possibilidade de encará-las numa atitude autobiográfica. Como objeto mutilado, a ruína prevê o futuro da criação humana – o sentido da fragilidade do indivíduo, reconhecido na aparência da ruína (Makarius, 2004).

O olhar perante a ruína à imagem das manifestações artísticas do século XIX redireciona-se para quem a está a encarar sugerindo uma receção afetiva, onde o prazer e o pavor se disputam. Estas formas arruinadas, que aparecem como objetos atrativos repletos de efeitos puramente visuais, transmitem de certo modo um fascínio pelo mundo das sombras, pelo que serão interpretadas no romantismo como símbolo da memória e da saudade. Se a construção arruinada denuncia a passagem do tempo, reforça-se o sentimento de nostalgia do passado.

Perante a modernidade, a ruína torna-se num lugar de tensões, onde o passado, o presente e o futuro se resolvem sob a forma de uma experiência estética. Mais do que objetos autónomos, as ruínas tornam-se símbolo da transformação da sociedade; testemunhos das lógicas políticas e económicas, e nesse sentido, um testemunho da história.

«O olhar vacilava entre a matéria e o seu somido, entre as palavras e o seu significado. O nosso olhar distorcia a matéria. A via, esculpia lentamente os nossos olhos. E haviam sempre fantasmas.» (Mansilla, 2002, p. 9).

O fascínio pela ruína passa então a ser o reflexo do falhanço do modernismo arquitetónico e da falência de uma certa ideia redentora de progresso industrial, aparecendo associada aos lugares escuros e lóbregos. Fundo da negatividade dissociada da estética romântica descrita por Jacques Derrida (1993), em *Memoirs of the Blind* como a experiência do auto-retrato da sociedade contemporânea: “A ruína não está à nossa frente; não é um espetáculo, nem um objeto de amor, é a

própria experiência. (...) Não é precisamente um tema, a posição, a apresentação ou representação de toda e qualquer coisa” (Baptista, 2014, p. 22).

Sob o efeito do sublime, o homem ganha um vago sentimento de incerteza e já na década de 70 emergem as primeiras práticas artísticas que vão revisitar paradoxalmente uma «conceção ex-novo da ruína». Ao contrário dos arquitetos, que recorrem à ruína como suporte para uma incorporação programática funcionalizada, Robert Smithson e Gordon Matta-Clark, trabalham a desconstrução de edifícios com a finalidade de chegar à «anarquitectura»: sob a forma conceitual onde transparece a ruína da construção, fabricam novas possibilidades de espaço (Makarius, 2004).

## 2. O olhar perante a ruína

Em consequência de processos de transformações territoriais e de urbanização, as ruínas desabitadas acabam por se degradar, em paralelo com as histórias das vivências que acolheram.

Caídas no esquecimento pela obsolescência da sua utilidade, a ruína desabitada – tal como aparece representada por Manuel Mozos (2009) no filme *Ruínas* – desfaz-se pouco a pouco, apagando consigo as pistas e os rastros das vivências de outros tempos, permitindo, ainda assim uma reflexão sobre a história, sobre a ascensão e queda de grandes e pequenos impérios.



Figura 1- Fortaleza de Juromenha  
Fonte: elaboração própria, 2015

Mais do que objetos ao abandono, as ruínas continuam a manifestar uma utilidade relacional para com os sujeitos viventes, dado que persistem como mediadores para as sensações de quem as sente e observa. Desse modo, o nascimento de uma história e o imaginário do lugar comprometem a interpretação de cada sujeito, para o qual a ruína constitui um pretexto ativador contemporâneo. Porém, cabe também identificar interpretações divergentes no que toca à utilidade e ao destino final da ruína, para além da benevolência sugerida pela sua possibilidade de reapropriação.

Por exemplo, em oposição aos primeiros românticos, que defendiam o restauro com o intuito de restituir a ruína à sua originalidade, encontra-se, na teoria defendida por John Ruskin (1849), em *The Lamp of Memory* e por William Gilpin (1774), em *Ruins at Canterbury* o entendimento da ruína enquanto integridade metafísica, considerando-a como parte da natureza e mais do que uma obra de arte – algo que não deveria ser objeto de uma reforma ou uma reabilitação pelo homem, ou como algo que deveria deixar-se envelhecer e morrer, como todas as coisas finitas (Saldanha, 1993).

Noutro caso particular, tal como aparece retratado no documentário *Havana – arte nuevo de hacer ruínas* (2005), realizado por Florian Borchmeyer e Matthias Hentschler, estas ruínas urbanas, por não serem recuperadas ou reabilitadas e porque continuam a ser ocupadas por pessoas, adquirem uma dimensão política. A ruína habitada, longe de se poder associar à figuração imagética do passado ou à preservação nostálgica da memória, deixa de ser poética para quem a habita. Os habitantes de Havana sofrem por viverem nas ruínas, pois a degradação física dos edifícios entrecruza-se com a degradação da sua própria existência. Nessa sua recusa em deixá-las, associada à impossibilidade de as reabilitar, está implicado o risco da própria vida humana se arruinar com a estrutura física que lhe serve de suporte.

Quando a ruína constitui suporte para a vida, a mistura enunciada entre história, memória, medo e esperança para o futuro, aproxima o destino do habitante das ruínas daquilo que é a precariedade do próprio edifício. Acontece que, ao pensarmos nestas estruturas em ruína como lugares habitados, ou seja, se alguém se apodera desses espaços desamparados como resposta possível para um problema existencial, estes lugares deixam de ser vistos como ruínas para quem as habita. Assim sendo, este é um caso que nos conduz a um paradoxo existencial aquando a sua definição. Até que ponto estas estruturas degradadas continuam a ser ruína?

O caso anterior não se equivale à oportunidade de habitar uma ruína reconvertida e reabilitada, condição que poderá ser interpretada como privilégio. A possibilidade de tirar prazer estático de um entorno físico com longevidade histórica. O imaginar-se perpetuador de uma continuidade habitada e sentir orgulho por poder viver nela e fazer parte dessa história.

### 3. Fortaleza de Juromenha, um legado em ruínas

Em pleno Alto Alentejo, a Sul de Elvas e a Nordeste do Alandroal surge banhada pelas margens do Rio Guadiana a vila de Juromenha, implantada num largo outeiro escarpado a 250m de altitude (Andrade, 2001). Trata-se de um legado de valores patrimoniais e identitários inquestionáveis – uma praça-forte de um dos sistemas defensivos mais importantes do distrito de Évora e de defesa a Lisboa.

A localização estratégica da Fortaleza de Juromenha adquiriu grande importância a nível de defesa e domínio durante alguns períodos históricos. No entanto, o início de uma nova história com aparente final devastador começa com a explosão do paiol de pólvora em 1659 que destruiu quase por completo a fortaleza. O seu declínio iniciou-se mais tarde, no primeiro quartel do séc. XX devido a várias epidemias que transformaram o recinto intramuros num lugar insalubre, dando origem ao seu progressivo abandono (Dionísio, 1991).

Anteriormente tomada, destruída, ocupada e abandonada por forças militares, sobrevive atualmente longe do seu auge, escondendo o seu passado nas sombras. Causa perdida, este artefacto aguarda pela sentença final do tempo. Mas que, ainda assim, não se despe facilmente da sua dimensão estética, capaz de atrair a contemplação e a admiração profundas.

A persistência de uma dimensão histórica legitima o presente e possibilita um futuro imaginado – haja curiosidade em fazer as perguntas que permitem saber mais. A interpretação das estruturas arruinadas descobre os dramas, as glórias e misérias de quem as ergueu ou de quem as habitou; haverá ainda vozes por ouvir, entre os cacos persistentes.

Por essas razões, entre outras, afigura-se pertinente a preservação e a eventual reabilitação desta obra do passado. Pode-se não conseguir precisar os efeitos que as ruínas têm em nós, ou sequer decidir sobre a falta que nos fazem, mas até ver, os homens continuam a encontrar na reabilitação das estruturas construídas no pas-

sado, o pretexto ou a razão suficiente, para perpetuar a sua memória possível.

### 4. Notas conclusivas

O despertar dos sentidos que a ruína proporciona quando é observada ou, numa hipótese mais radical, efetivamente habitada, potencia sensações que transcendem a realidade material construtiva da arquitetura. Não só a matéria residual, mas a terra e o céu imaginados, a sugestão de uma certa possibilidade existencial, são partes significantes, onde o invólucro vazio se transforma, e as concavidades, o ar, os cheiros e a capacidade de absorção e ressonância se descobrem cativantes, proporcionando um número ilimitado de sensações.

Poderia até concluir-se assim, que certas questões aqui colocadas devem encontrar resolução no imaginário próprio de cada sujeito. Se como espectador absorvemos tudo o que nos rodeia, tentando visualizar um objeto que outrora já foi pensado e idealizado, essa interpretação terá sempre uma dimensão pessoal. Colocamos na pele de habitantes, inquilinos e atuantes dos espaços vividos, transformamos o sentido das ruínas perante os nossos sentidos, tornando-os nossos.

Porém, toda a interpretação pessoal acaba por filiar-se no imaginário comum, coser-se a uma herança onde a análise histórica se reclama persistente e transversal a todas as épocas e culturas. Se habitar a ruína implica o recurso à memória de um tempo anterior, onde se procura decifrar o tempo da origem da construção, o tempo da vida sobre o edifício, as sucessivas transformações que o tempo acabará por fazer e desfazer, essa imaginação constitui necessariamente um composto, um invólucro que concentra as estórias partilháveis – e que em cada processo de reabilitação, se decide recontar.

É notório, um pouco por toda a parte, ruínas de valioso património cultural que por algum motivo mais evidente ou não, vão-se deteriorando com o passar do tempo, acompanhados das suas gentes e lugares.

Assim, para garantir a sua sobrevivência aquando à reabilitação arquitetónica em prol da sua conservação, as decisões tomadas devem ser fundamentadas através do conhecimento rigoroso do objeto patrimonial considerando esse objeto um documento histórico com registos da passagem e demarcação do tempo, onde cada camada retrata uma parte da história, como se de um palimpsesto<sup>32</sup> se tratasse.

<sup>32</sup>Palimpsesto está ligado à literatura e ao ato da escrita sobre o pergaminho onde o ato de apagar a primeira escrita para dar lugar a uma nova faz surgir o conceito. Assim, há uma parte da história que fica oculta através de outra, apesar de remanescerem sempre as marcas da anterior. Palimpsesto poderá estar associado à arquitetura quando advém da reabilitação de um determinado objeto com o intuito de lhe atribuir um novo uso (Huysen, 2003).

## Referências bibliográficas

- Andrade, A. (2001), *A Construção Medieval do Território*, Lisboa: Editorial Livros Horizonte.
- Baptista, L. (2014), Ruínas Habitadas, *Arquitectura e Arte*, nº112, pp. 21–23.
- Borchmeyer, F. e Hentschler, M. (2005), Habana - arte nuevo de hacer ruinas», [Documentário], 54m05s. Berlim: raros media Borchmeyer & Hentschler gbr.
- Cirlot, J. (1981), *Diccionario de Símbolos*, Barcelona: Editorial Labor.
- Diderot, D. (1818), *Oeuvres Complètes de Denis Diderot: Le salon de 1765 et partie du salon de 1767*. Paris: Imprimeur-Libraire.
- Dionísio, S. (1991) [1924], *Guia de Portugal*. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian.
- Dubin, Nina L. and Hubert Robert (2010), *Futures & Ruins: Eighteenth-century, Paris and the Art of Hubert Robert*, Santa Monica CA, United State: Getty Publications,
- Huyssen, A. (2003), *Present Pasts: Urban Palimpsests and the Politics of Memory*, California: Stanford University Press.
- Makarius, M. (2004), *Ruins*, Paris: Éditions Flammarion.
- Mansilla, L. (2002), *Apuntes de viaje al interior del tiempo*. Colección Arquithesis, nº10. Barcelona: Fundación Caja de Arquitectos.
- Mozos, M. (2009), Ruínas, [Filme], 60m00s. Lisboa: O Som e a Fúria.
- Ruskin, J. (1921), *The Stones of Venice*, London: J.M. Dent.
- Saldanha, N. (1993), *Giovanni Battista Piranesi: invenções, caprichos, arquiteturas 1720/ 1778*, Lisboa: Secretaria de Estado da Cultura.
- Viollet-le-Duc, E. (1856), *Dictionnaire Raisonné de l'Architecture Française du XI au XVI Siècle*, Vol.10. Paris: A.Morel.
- Warton, T. (1956), *The Pleasure of Melancholy in English Romantic Poetry and Prose*, Oxford: Oxford University Press.

## Indivíduo, Comunidade e Cidade<sup>33</sup>

*Individual, community and city*

Romeu Zagalo<sup>34</sup>

### Resumo

As constatações sobre as transformações sociais e os problemas das cidades são rápidas e fáceis de encontrar. Compreender essas transformações, o seu significado e a sua tradução para a vivência dos espaços é crucial para a criação e manutenção das cidades. Ao longo deste artigo propõe-se uma análise histórica comparativa entre o impacto da visão individualista nas cidades do século passado, e a actual tendência para regresso às comunidades.

### Palavras-chave

Indivíduo, comunidade, cidade, *co-housing*, *co-working*

### Abstract

The findings on social change and the problems of cities are fast and easy to find. Understanding these changes, its meaning and its translation to the experience of space is crucial to the creation and maintenance of cities. Throughout this article we propose a comparative historical analysis of the impact of individualistic vision in the cities of the past century, and the current trend to return to communities

### Keywords

Individual, community, city, *co-housing*, *co-working*

### Notas preliminares

Nos dias que correm é recorrente encontrar constatações sobre as rápidas transformações sociais numa sociedade que parece cada vez mais fragmentada, ouvem-se os mais velhos queixar-se da insegurança crescente e os mais jovens interessam-se pela recuperação duma cidade que não conheceram. Como é evidente, as atuais transformações sociais têm repercussões no modo de vida dos indivíduos e, por conseguinte, no modo de habitar a cidade, criando um desajuste entre cidade e sociedade. Compreender quais essas alterações, quais as novas expectativas, e quais os novos modos de habitar é fulcral para a reabilitação do meio urbano.

#### 1. Novos Paradigmas

A mudança de paradigma, duma sociedade homogénea para uma sociedade heterogénea e individualista, pode facilmente explicar a fragmentação social. Ao valorizar-se o indivíduo sobre a sociedade transforma-se a estrutura do tecido social e a cidade, claro, acompanha esta alteração (Bauman, 2006).

O espaço público é uma das características distintivas da cidade. Tradicionalmente, os lugares públicos eram caracterizados pela presença de equipamentos comuns, como o poço, a igreja ou o mercado. Estes espaços resultavam dum determinado espírito de comunidade espacial e temporal, onde era possível aos habitantes cruzar-se e constatar-se (Delfante, 1997). Isso é visível na cidade medieval de San Geminiano, ou nas praças do Rossio e da Figueira, em Lisboa, originalmente afetas ao Santo Ofício e ao Mercado, respetivamente.

Contudo, o crescimento das cidades e o desenvolvimento tecnológico, impulsionados pela revolução industrial, provocou uma fragmentação da comunidade ali residente. Como consequência deste processo, o indivíduo destaca a sua identidade da comunidade. A sociedade pós-industrial é um reflexo desta atomização social que ainda está em curso. Tönnies (2000) refere que, em sociedade, a maior parte das relações entre indivíduos são regidas pelo valor de troca. Isto significa que elas só se mantêm enquanto dois indivíduos têm interesses comuns, concluindo-se que existe uma racionalização das relações.

É para evitar a total atomização e manter a coesão social, que surge o conceito de Estado. O Estado tem como objetivo zelar pela equida-

<sup>33</sup> O presente artigo sintetiza alguns capítulos da Dissertação de Mestrado em Arquitetura, Comunidade, uma forma de pensar a cidade: Cohousing, Coworking e Codesigning na cidade de Lisboa, Faculdade de Arquitetura de Lisboa, 2015. E-mail: romeu.zagalo@gmail.com

<sup>34</sup> Mestre em Arquitetura pela Faculdade de Arquitetura da Universidade de Lisboa

de, harmonia e interesses dos seus cidadãos. No mundo ocidental este conceito está associado à ideia de nação, enquanto identidade homogênea cultural dum determinado território. É em prol desta homogeneidade e equidade social que as intervenções do Estado se baseiam. Neste modelo social, os indivíduos são reduzidos a equações, que sustentam ações universais. Na cidade, esta atitude é traduzida pela implementação de planos funcionalistas e homogêneos dedicados às necessidades transversais a cada indivíduo.

Durante o século XX, o fascínio pelo método científico e pela mecanização, aliados à sociedade cada vez maior e mais difícil de controlar, conduziu os Estados a impor estes modelos a grande parte da sua população. Do ponto de vista social, isto significa melhores e mais acessíveis sistemas de saúde e educação, bem como o surgimento de transporte públicos e de segurança social. Do ponto de vista urbano, os planos modernistas de Le Corbusier são uma referência para grande parte dos produtores arquitectónicos e urbanísticos que se seguiram.

As cidades desse tipo ofereciam aos seus habitantes uma estrutura organizada e funcional, desenhada segundo regras precisas e alicerçada na acessibilidade fácil. Esta estrutura era concebida de tal ordem que proporcionava a todos os habitantes uma vivência uniforme, calculada, e homogênea, em que as diferenças individuais em pouco influíam na organização do quotidiano.

## 2. Individualismo

Foi a geração do *baby boom* que começou por questionar a ação do Estado, por considerar a sua expressão pessoal e liberdade individual como principais elementos modificadores do campo social (Judt, 2012). No final dos anos 60 levantam-se vozes e surgem organizações vindas da classe-média que contestam estas imposições estatais. São contra a intervenção abusiva e indiscriminada de bairros, monumentos e da própria paisagem citadina que era feita em prol da reestruturação urbana sem imaginação e genérica. As organizações defendiam um exercício de modernização socialmente responsável e a favor do indivíduo e da comunidade, por oposição às intervenções insensíveis do poder central (Judt, 2012).

Como refere Judt (2012, p. 88) “era a época de Le Corbusier, o que as massas sentiam pelos seus novos apartamentos, pelas novas cidades para onde as tinham mudado, pela “qualidade de vida” que lhes tinha sido atribuída, era o mais das vezes encarado com indiferença”. O desin-

teresse pelos indivíduos é uma consequência do racionalismo transversal à ação do Estado no período Modernista (Scott, 2003).

A revolução social dos anos 60 colocou em causa as intervenções do Estado destinadas ao Homem Universal. Nas décadas que se seguiram, o individualismo – a afirmação de exigência de cada pessoa da máxima liberdade privada e da liberdade irrestrita para a expressão de desejos autónomos, e de vê-los respeitados e institucionalizados pela sociedade em geral – crescente coloca o Eu no centro da sociedade, privilegiando a iniciativa privada sobre a pública (Judt, 2012). A valorização do indivíduo privado fragiliza a confiança e identificação com as políticas do Estado.

A terciarização da atividade económica e do emprego da população, conducente à preferência pelas profissões liberais, resultou na dissolução de organizações comunitárias mais antigas. A separação das malhas comunitárias contribui para a incompreensão do vizinho e, por conseguinte para a insegurança (Bauman, 2006). As cidades individualistas são, assim, muito mais focadas na questão da segurança pública e espelham a vontade dos indivíduos de se isolarem para se sentirem seguros. É neste contexto que surgem novos modelos de habitação, independentes da sua envolvente humana e espacial – os condomínios fechados.

Este olhar individualista sobre as cidades é a materialização da descrença no Bem-Comum (Zagalo, 2015, p. 35). Nos anos 80, a proliferação de edifícios monolíticos espelha a exacerbação do individualismo. À semelhança do indivíduo, os edifícios eram independentes do meio, com acesso controlado, vigiados ininterruptamente, protegidos do clima por ar-condicionado ou aquecimento-central. Vãos espelhados permitiam contemplar as redondezas, sem que delas se pudesse conhecer o interior, o seu gigantismo reafirmava a vivência individual e privada da cidade.

Mas a alteração da vivência da cidade vai mais longe. Devido à insegurança sentida, as ruas das cidades esvaziaram-se, sendo substituídas por espaços funcionalistas vigiados – os centros comerciais. A sociedade individualista é, como Tönnies (2000) explica, uma sociedade utilitarista. Mais, o individualismo moderno está intrinsecamente ligado ao consumo, já que a individualidade não se apega a nenhum simbolismo de grupo (Bauman, 2003). No novo centro comercial de Londres, Canary Wharf, é visível esta nova cidade em que as ruas são apenas vias de circulação entre os edifícios. Lá, a vida acontece nas galerias do centro comercial, que está enterrado debaixo da praça. Também La Défense, em Paris, é um espaço intersticial entre os verdadeiros espaços públicos



– os diversos centros comerciais e empresariais e as estações que o limitam (Zagalo, 2015).

### 3. Novas Comunidades

“Perdemos a comunidade porque perdemos a segurança, uma qualidade fundamental para uma vida feliz, mas uma qualidade que o mundo em que vivemos é cada vez menos capaz de oferecer e ainda mais relutante em prometer” (Bauman, 2003:169).

No século XX as identidades nacionais foram forjadas através de coisas tão distintas quanto campeonatos de futebol, festivais da canção ou o enaltecimento da mitologia nacional. Tudo isto se trata de projeções visuais duma identidade coletiva, exterior ao indivíduo. “Hoje essa identidade genérica, apaziguadora de tensões sociais, foi substituída pela expressão individual” (Zagalo, 2015, p. 27). Uma vez que o individualismo não se apega a nenhum simbolismo de grupo (Bauman, 2003), os interesses e expressão pessoais são um obstáculo à manutenção duma identidade universal. No entanto, os indivíduos passam a identificar-se com grupos cujos valores partilham como forma de afirmação da sua própria individualidade. Isto significa que os indivíduos passam a servir-se da comunidade para fazer valer os seus interesses e os seus valores. Este fenómeno é um produto da desvinculação social, não obstante, estimula os vínculos a pequenos grupos, ou comunidades. Porém, num mundo individualista só se podem criar comunidades fechadas, compostas por pessoas que se reúnem em torno dum interesse comum, independente da restante sociedade.

Esta recente busca pela comunidade parece ser o resultado do sentimento de insegurança e da falta de recursos. Em primeiro lugar, a familiaridade existente dentro das comunidades diminui a sensação de insegurança (Bauman, 2006; Judt, 2012). A formação de comunidades parece contrariar o sentimento de incerteza e falta de rumo, uma vez que fornece aos indivíduos uma rede de apoio. Em segundo, a crise económica de 2008 tem forçado grande parte da população a encontrar soluções alternativas para a manutenção do seu nível de vida. A economia de partilha surge neste contexto, e é largamente apoiada pelas redes sociais virtuais. A mudança de hábitos de propriedade para hábitos de partilha tem como base a confiança instaurada pela tecnologia de comunicação e, também, uma desconfiança crescente sobre o consumismo desenfreado que parece ter originado, em parte, a crise.

Atualmente tudo pode ser partilhado, desde um sofá ao carro. Curiosamente, os contactos *on-*

*line* resultam em maiores trocas e facilidade na partilha *offline*. Exemplo disto são os *sites Couch-Surfing*, em que é possível encontrar alojamento gratuito durante as férias em casa dum desconhecido. Os especialistas afirmam que, em vez da tradicional relação de propriedade, este tipo de consumo se baseia no acesso fácil e imediato a alguma coisa. Para o garantir, o indivíduo tem que se integrar numa comunidade de confiança, logo, para garantir a sua liberdade tem que recorrer a uma forma de comunidade. A partilha de espaços parece ser apenas uma consequência natural (Moriset, 2014; DeGuzman e Tang, 2011).

### 4. Cohousing e Coworking

Na habitação, o *Cohousing* – criado em 1972 na Dinamarca – surge como uma solução de vida para as famílias de classe-média trabalhadora. À semelhança dum condomínio fechado, uma unidade *Cohousing* é um conjunto de habitações privadas e infraestruturas colectivas que permitem aos seus habitantes o acesso a comodidades. Contudo, em *Cohousing* as infraestruturas comunitárias são mantidas pela comunidade, resultando em espaços comuns que são extensões dos fogos privados. Além disso, a comunidade oferece uma sensação de maior segurança do que os condomínios fechados e guardas contratados, porque é mais completa. A familiaridade diminui a insegurança (Bauman, 2006; Judt, 2012).

Outro modo, mais actual, de comunidade no espaço é o *Coworking*. O aparecimento deste conceito está associado à terciarização da população e à economia de conhecimento e de partilha, à democratização dos computadores e à acessibilidade da internet. Impulsionado pela crise de 2008 e pela diluição do escritório tradicional, este modo de trabalho permite aos indivíduos o acesso a um local e trabalho e a colegas de diversas áreas. Embora os *coworkers* não trabalhem com um mesmo objetivo, eles recorrem ao conhecimento do outro para desenvolver o seu trabalho, criando relações de camaradagem. Assim, os espaços resultantes do *Coworking* tendem a privilegiar a informalidade, o movimento e a troca, um pouco à semelhança dos *ateliers* de artista. Por ter maior impacto nas cidades em que o sector terciário é predominante, existem casos em que antigos complexos fabris foram adaptados para uma variante do conceito. Em Lisboa, o caso de maior relevo trata-se da *Lx Factory*, em que diversas atividades complementares se misturam ao longo duma rua.

## 5. Comunidades na Cidade

Estas novas formas de comunidade são vinicamente pós materialista sem deixarem de ser individualistas. Elas existem em consequência da vontade individual dos seus elementos, o que significa que os indivíduos são independentes dessa comunidade. Apesar de ainda estar ligada ao consumo, existe uma crescente valorização das experiências humanas, do Eu, sobre a posse directa de bens materiais. Apesar dos exemplos ligados ao consumo, a verdade é que a sociedade contemporânea permite o surgir de comunidades momentâneas pela partilha de experiências, histórias de infância ou problemas. A Geração Y, aquela dos adolescentes que se tornarem adultos na viragem do século e que é a primeira a ter crescido totalmente conectada à *internet*, serve-se das redes sociais para se integrar neste tipo de comunidades. As suas relações não são reguladas do mesmo modo que as gerações anteriores. Historicamente, esta geração é também a mais bem-formada, porém a Geração Y não estudou em bibliotecas mas sim em cafés e bares com *wifi*. Muitas das suas relações são originadas Online. Quando passam do mundo virtual para a realidade física, estes jovens procuram espaços neutros, onde a privacidade de cada um não seja devassada e onde possam conversar livremente (Pew Research Center, 2010).

Com o amadurecimento desta geração, assiste-se ao ressurgimento dos terceiros lugares. Oldenberg, em 1989, criou este termo para descrever lugares fora do lar e do escritório, onde as pessoas se encontram e socializam de forma livre e informal (Oldenberg, 2009). Tratam-se dos locais públicos por excelência. Se na década de 80 estes espaços pareciam destinados à extinção, hoje as barbearias, cafés, lojas, parecem insuflados de nova força. Estes espaços parecem garantir a proximidade e nível de identificação necessários às novas gerações, eles reaproximam-se numa escala local, mais comunitária, e, por conseguinte, da vida própria urbana.

Significa isto um retorno à comunidade? A *Gemeinschaft*<sup>35</sup>, tal como Tönnies (2000) a descreve, está baseada em compromissos de longo prazo, de direitos inalienáveis e obrigações irrenunciáveis e que são realidades basilares para o seu futuro. Atualmente, o mundo parece demasiado volúvel para permitir este tipo de comunidades. Recentemente, Bauman (2003) descreveu um novo tipo de comunidade, a comunidade estética. Esta comunidade baseia-se numa impressão estética que é comum aos indivíduos, como a idolatria numa estrela *pop*. Esta

comunidade dura apenas o instante da impressão, porém pode prolongar-se indefinidamente no tempo. Embora não sejam equivalentes, é possível criar um paralelismo entre este tipo de comunidade e a comunidade de interesses que surge da economia de partilha.

Tome-se um grupo de Alcoólicos Anónimos como exemplo. A permanência dos indivíduos no grupo, só se verifica durante o período de resolução do seu problema, neste caso a alcoolémia. São as suas vivências comuns e as regras de conduta dentro do grupo que os aproximam, criando entre eles um elo forte e sentimento de inclusão. Contudo, a garantia e segurança que é dada a cada um dos indivíduos é suficiente para que o grupo seja visto como algo útil nas suas vidas. A Geração Y parece considerar este novo modo de encarar a comunidade como uma garantia de futuro. O sucesso destas comunidades está no valor que lhes é atribuído pelos indivíduos, ao vê-las como uma extensão de si próprios e como meio de concretizarem a sua individualidade. A sua forma e número parece ter-se multiplicado nos últimos anos.

Seguindo o raciocínio, agora no contexto urbano, à medida que o individualismo se funde com as novas comunidades, os edificios monofuncionais isolados começam a perder sentido. Retoma-se a preferência pela multifuncionalidade e pela hibridização do espaço. O lugar pode ganhar sentido através da comunidade, que pode defendê-lo, conservá-lo, recriá-lo (Bauman, 2003). Em Lisboa, isto é visível em projectos como a *Lx Factory*, *Village Underground Lisboa*, *Pensão amor*, *Mercados de Campo de Ourique* e *da Ribeira*, e tantos outros que nos últimos anos têm incentivado criação de oportunidades através da sociabilidade e da fusão de usos. É neste sentido que a Geração Y manifesta o desejo de participar e colaborar, pois acredita que é a melhor forma de garantir o futuro. É possível encontrar exemplos disto na gestão e planeamento urbano, na habitação e no trabalho, através das iniciativas participativas, e de conceitos como *Cohousing* ou *Coworking*. Estes espaços pretendem reflectir a vida e os valores da comunidade a que estão associados. Até certo ponto estas comunidades estão dissociadas da envolvente, contudo elas permanecem ligadas *online* a uma comunidade mais larga.

Na gestão e planeamento urbanos, as políticas de participação são uma manifestação desta comunhão momentânea de interesses gerada pela proximidade espacial. A participação significa que os cidadãos preferem tomar nas mãos o destino do local em que habitam, como garantia

<sup>35</sup> *Gemeinschaft* (Comunidade): Tönnies (2000) define-a como aqueles grupos orgânicos e restritos que partilham a língua e costumes.

de que esses espaços estarão sempre de acordo com as suas necessidades. Apesar da sua origem nos movimentos revolucionários da década de 60, rapidamente as autoridades começaram a promover as iniciativas participativas, como forma de incluir os cidadãos na construção das cidades. Deste modo, é possível conseguir uma aproximação a um possível equilíbrio entre a vontade da população e o lugar do Estado enquanto regulador social. Em Lisboa iniciativas como o Orçamento Participativo ou o programa BIP/ZIP enquadram-se nesta estrutura.

Apesar de serem promovidas pelas Autoridades, as iniciativas deste tipo são o reflexo da atomização social e do recuo da ação do Estado. De algum modo elas recuperam um pouco da vida coletiva sem, no entanto, perder a liberdade individual. Aliás, é através das comunidades que os indivíduos se têm tornado mais interventivos na cidade, moldando-a de acordo com os seus interesses e não segundo uma orientação abstrata.

## 6. Do Presente para o Futuro

Assim, pode afirmar-se que numa sociedade individualista apenas o espaço individual é positivo. Numa primeira instância isso significa a corrosão das antigas estruturas urbanas em prol da vontade individual. Contudo, a recente evolução da sociedade mostra que os indivíduos se prontificam a aceitar determinadas formas de comunidade, que lhes sejam vantajosas. A reintegração de comunidades nas cidades não é demasiado difícil pois, como se viu, o princípio de comunidade está na base de muitos centros urbanos. Pela sua escala e configuração, muitos destes locais são propícios à instalação de comunidades. Por outro lado, a variedade e carácter distintivo destes centros torna a integração numa comunidade mais simples. Assim, acredita-se que a integração de indivíduos em comunidades de interesses é um primeiro passo para um reajustamento entre cidade e sociedade. “Refere-se à cidade como um aglomerado complexo de comunidades. Talvez, voltar a esta concepção e pensá-la como um sistema de organismos e não como um único corpo, possa fazer sentido na atualidade” (Tönnies citado por Zagalo, 2015, p. 41). Adjacentes ao sentimento de pertença ao lugar estão a identificação e o conhecimento do Outro, logo criam-se relações de confiança e segurança.

A identificação das comunidades modernas com um lugar público, de preferência já consolidado, permitirá a reintrodução da cidade no quotidiano social. Estes espaços não terão a

forma das grandes praças públicas, no sentido em que primariamente servirão a comunidade ali residente e só depois a sociedade. Por outras palavras, os espaços públicos pertencerão a uma comunidade (Zagalo, 2015). Neste sentido caberá ao Estado evitar desequilíbrios e rivalidades entre comunidades, deixando o papel de zelador dos interesses comuns e assumindo-se como mediador entre as diversas vontades.

Em suma, mostrou-se que atualmente o valor do indivíduo se sobrepõe ao da sociedade, pelo que se privilegiam espaços privados sobre os públicos. Contudo, a recente assimilação das comunidades como forma de afirmação pessoal recupera, em parte, algumas vivências próximas das comunidades. Assim, o ressurgimento da comunidade deve ser integrado na forma de pensar e (re)construir cidade. Por outro lado, cada vez mais, a difusão de iniciativas de participação ou de comunidade no trabalho e habitação implica o envolvimento dessas comunidades no processo de conceção, de modo a que os espaços estejam genuinamente adaptados aos indivíduos.

Finalmente, e uma vez que a diversidade de indivíduos é imensa, conclui-se que cada vez faz menos sentido pensar a arquitetura e a cidade através de soluções genéricas e padronizadas, dirigidas a uma média abstrata. Pelo contrário, deve dar-se mais ênfase à diversidade de indivíduos, construindo soluções concretas para as populações existentes, garantindo assim uma correta apropriação e manutenção dos espaços pelas populações, e salvaguardando a adequação da cidade à estrutura social existente.

Construir cidade é sempre um exercício de transposição do presente, onde é possível explorar o passado e descobrir o futuro.

## Referências bibliográficas

- Bauman, Z. (2003), *Comunidade: en busca de seguridad en un mundo hostil*. Madrid: Siglo XXI.
- Bauman, Z. (2006), *Confiança e medo na cidade*. Lisboa: Relógio d'Água Editores.
- DeGuzman, G. e Tang, A. (2011). *Working in the UnOffice: a guide to coworking for indie workers, small business and nonprofits*. San Francisco: Night Owls Press LLC.
- Delfante, C. (1997). *A Grande História da Cidade – da Mesopotâmia aos Estados Unidos*. Lisboa: Instituto Piaget.
- Judt, T. (2012). *Um tratado sobre os nossos atuais descontentamentos*. Lisboa: Edições 70.
- Moriset, B. (2014). *Building new places*

*for the creative economy: the rise of coworking spaces*. Proceedings of the 2nd Geography of Innovation, International Conference, 23-24 January 2014, Utrecht University, Utrecht (The Netherlands), disponível em <https://halshs.archives-ouvertes.fr/halshs-00914075>

- Oldenburg, E. (2009). *Understanding Institutional Diversity*. Princetown: Princetown University Press.

- Pew Research Center (2010). *Millenials, a portrait of generation next*. Washington: Pew Research Center.

- Scott, J. (2003). “Authoritarian High Modernism”, in S. Campbell, S. and Fainstein, (Eds.). *Readings in Planning Theory*. Malden, MA: Blackwell Publishers, pp. 125-142.

- Tönnies, F. (ed. Harris, J.) (2000). *Community and Society*. Cambridge: Cambridge University Press.

- Zagalo, R. (2015). *Comunidade, uma forma de pensar a cidade; Cohousing, Coworking e Codesigning na cidade de Lisboa*. Dissertação de Mestrado em Arquitectura, Faculdade de Arquitectura, Universidade de Lisboa.

## Normas para apresentação de originais da E-Revista:

ESTUDOS SOBRE A CIDADE

# ESPAÇOS

VIVOS • CONSTRUÍDOS

Requisitos para a apresentação de originais:

**1.** Os artigos propostos deverão ser originais, comprometendo-se os autores a não os candidatarem em simultâneo a outra publicação.

**2.** Os textos devem ser formatados a espaço e meio (inclusive as notas e bibliografia) e corpo de letra 12. Devem ser enviados por e-mail (cidade.convive@gmail.com), com o ficheiro de texto em Word for Windows.

**3.** O limite máximo de dimensão dos artigos é de 30.000 caracteres (com espaços), incluindo notas, bibliografia, quadros e figuras. Cada artigo deve ser acompanhado de um resumo com um máximo de 650 caracteres, se possível traduzido em inglês. A seguir ao resumo devem ser acrescentadas três ou quatro palavras-chave. Cada artigo não deve ultrapassar um total de sete quadros ou figuras. Deve apresentar também um reduzido número de notas de rodapé.

**4.** Nos artigos, sugere-se a utilização de, no máximo, dois níveis de titulação, preferencialmente sem numeração, ou com numeração árabe.

**5.** As transcrições deverão abrir e encerrar com aspas. Os vocábulos noutras línguas devem ser formatados em itálico.

**6.** Os elementos não textuais nos artigos devem ser organizados em quadros e figuras, identificados com numeração árabe contínua para cada um destes tipos de elementos.

**7.** Nas chamadas de nota de rodapé devem utilizar-se apenas números, sem parêntesis. A numeração das notas deve ser contínua do princípio ao fim do artigo.

**8.** As referências bibliográficas das obras citadas devem obedecer às seguintes orientações:

a) Livro – Apelido, Nome Próprio (ano, ev. ref. da primeira edição),

Título do Livro: subtítulo, Local de edição: Editor.

b) Artigo em publicação periódica – Apelido, Nome Próprio (ano), Título do artigo: subtítulo, Nome da Revista, volume (número), páginas.

c) Textos em coletâneas – Apelido, Nome Próprio (ano, com ou sem ref. à primeira edição), Título do texto: subtítulo, em Nome Próprio e Apelido (org.), Título da Coletânea, Subtítulo, Local de edição: Editor, páginas.

**9.** Todos os trabalhos enviados devem:

a) conter a versão final do texto, pronta a publicar, devidamente revista de eventuais gralhas;

b) quando incluírem materiais gráficos, fazer-se acompanhar dos respetivos – no programa em que foram construídos – com indicação, no texto, dos locais onde devem ser inseridos. Todos os materiais gráficos devem ser concebidos em preto e branco ou em tons de cinzento. Os elementos extratexto (gráficos, mapas, gravuras ou fotografias) devem ser entregues em ficheiros autónomos devidamente identificados: os gráficos num só ficheiro Excel; outras figuras, em formato ‘.png’, ‘.jpg’ ou ‘.tif’, em ficheiro próprio único.

c) assinalar claramente as expressões a imprimir em itálico, ou a destacar por outra forma gráfica;

d) vir acompanhados de breve currículo do(s) autor(es), com indicação da formação académica e da situação profissional do(s) autor(es), bem como das instituições em que desenvolve(m) atividade e elementos de

contacto (endereços(s) de e-mail).

**10.** Os artigos propostos para publicação serão submetidos a parecer de especialistas das áreas científicas em causa, em regime de anonimato. A decisão final de publicação é da responsabilidade do conselho de redação.



# REFEREES QUE PARTICIPARAM

Ana Paula Beja Horta, CEMRI- Uab

Ana Margarida Ferreira, IADE

Christiane Coêlho, Universidade de Brasília (UnB)

Fátima Loureiro de Matos, FLUP

João Paulo Martins, FAUL

José Crespo, FAUL

Manuel Teixeira, FAUL

Manuela Mendes, FAUL

Marluci Menezes, LNEC

Otavio Leonidio, Curso de Arquitetura e Urbanismo da PUC-Rio

Teresa Sá, FAUL

